



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JENNIFER THAINA SITTA

**POSIÇÕES SOCIAIS E MATERNIDADE NO PERCURSO  
MIGRATÓRIO DE MULHERES HAITIANAS RESIDENTES EM  
CAMBÉ - 2017**

JENNIFER THAINA SITTA

**POSIÇÕES SOCIAIS E MATERNIDADE NO PERCURSO  
MIGRATÓRIO DE MULHERES HAITIANAS RESIDENTES EM  
CAMBÉ - 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Kulaitis

Londrina  
2018

JENNIFER THAINA SITTA

**POSIÇÕES SOCIAIS E MATERNIDADE NO PERCURSO MIGRATÓRIO  
DE MULHERES HAITIANAS RESIDENTES EM CAMBÉ - 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Fernando Kulaitis  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Letícia Figueira Moutinho Kulaitis  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Fernanda Di Flora Garcia  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 20 de fevereiro de 2018.

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre me apoiou, e a todas as mulheres que buscam igualdade e respeito, seja dentro de seu país ou fora dele.

## **AGRADECIMENTO (S)**

Gostaria de agradecer primeiramente ao Professor Fernando Kulaitis, que com sua incrível paciência, serenidade e dedicação me auxiliou e encorajou nos momentos difíceis durante esse período de conclusão de curso. Posso dizer que, durante os anos que cursei Ciências Sociais, foi ele o professor que mais me ajudou e o que vou tomar como um exemplo a seguir.

Agradeço a minha mãe que com toda sua tranquilidade e serenidade fez seu papel de conselheira e incentivadora. À minha irmã Andressa que me apoiou, aconselhou e ajudou principalmente nesse último ano.

Agradeço ao meu companheiro Matheus por me ajudar com suas opiniões e por me acompanhar em todos os momentos da graduação.

Agradeço também aos meus amigos das Ciências Sociais que irei levar comigo por toda a vida, principalmente Douglas e Victória, que junto comigo passaram por esse processo estressante de conclusão de curso.

Agradeço a todas as mulheres que dispuseram de uma pequena parte de seus dias para responderem as perguntas durante as entrevistadas. Dentre estas, principalmente Marie, que auxiliou com as traduções e que me deu uma excelente lição, dizendo que possuía esperanças de que minha pesquisa pudesse, de alguma maneira, incentivar melhorias na situação das mulheres migrantes.

Agradeço a todos os professores que tive oportunidade de acompanhar em classe e que através de um excelente conteúdo e aulas incrivelmente ministradas contribuem para formar bons cientistas sociais.

Muito obrigada!

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*

Fernando Pessoa

SITTA, Jennifer Thaina. **Posições sociais e maternidade no percurso migratório de mulheres haitianas residentes em Cambé - 2017**. 2017. 62 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

Este trabalho analisa a situação das mulheres haitianas em processo migratório, evidenciando a maternidade como elemento relevante para caracterizar as posições sociais que ocupam na origem e no destino. Sabe-se que a questão de gênero no campo dos estudos migratórios em Ciências Sociais está em expansão e este trabalho, portanto, pretende contribuir com uma reflexão sobre a situação de desigualdade e barreiras sociais que as mulheres migrantes enfrentam. Além das questões usualmente associadas à integração de imigrantes nas sociedades de acolhimento - racismo, xenofobia, dificuldade na obtenção de documentação, desemprego, falta de conhecimento da língua e problemas de acesso aos serviços públicos – trabalha-se com a perspectiva de que a maternidade é uma variável condicionante das posições sociais das mulheres migrantes. A pesquisa baseia-se, além da sistematização bibliográfica e do uso de dados secundários diversos, em entrevistas semiestruturadas com haitianas do município de Cambé. Criar e educar os filhos fora do país de origem – ou mesmo enviar remessa de dinheiro para ajudar a manter os filhos que tenham ficado no Haiti aos cuidados de parentes próximos – e outras dificuldades enfrentadas por haitianas que tiveram filhos no Brasil, refletem a reprodução das desigualdades de gênero originadas no Haiti. Verifica-se que, por estarem em posições inferiorizadas e relativamente atreladas ao projeto migratório masculino, as barreiras educacionais, profissionais e culturais se reproduzem no processo migratório, mesmo que o reagrupamento familiar tenha relativa importância no percurso migratório dos homens.

**Palavras-chave:** Imigração. Gênero. Haiti.

SITTA, Jennifer Thaina. **Posições sociais e maternidade no percurso migratório de mulheres haitianas residentes em Cambé - 2017**. 2017. 62 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

### **ABSTRACT**

This paper analyzes the situation of Haitian women in a migratory process, showing maternity as a relevant element to characterize the social positions they occupy in origin and destination. It is known that the issue of gender in the field of migratory studies in Social Sciences is expanding and this work, therefore, aims to contribute to a reflection on the situation of inequality and social barriers faced by migrant women. In addition to the issues usually associated with the integration of immigrants into host societies - racism, xenophobia, difficulty in obtaining documentation, unemployment, lack of knowledge of the language and problems of access to public services - we work with the perspective that motherhood is a variable conditioning the social positions of migrant women. The research is based, in addition to the bibliographic systematization and the use of several secondary data, in semi-structured interviews with Haitians from the municipality of Cambé. Creating and educating children outside the country of origin - or even sending money to help keep children who have been in the care of close relatives - and other difficulties faced by Haitians who have had children in Brazil, reflect the inequalities originating in Haiti. It can be seen that, because they are in inferior positions and relatively linked to the male migration project, educational, professional and cultural barriers are reproduced in the migratory process, even if family reunification is of relative importance in the migratory journey of men.

**Key words:** Immigration. Genre. Haiti.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Fotografia 1</b> – Encontro de convivência Jardim Santo Amaro, Cambé - 2017.....	42
<b>Fotografia 2</b> – Encontro das crianças com o Papai Noel, Cambé - 2017.....	53
<b>Fotografia 3</b> – Crianças em encontro de convivência, Cambé - 2017.....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AM	Amazonas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
FOMIN	Fundo Multilateral de investimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISF	Índice de Fertilidade Sintética
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MJ	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Ministério de Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
SINCRE	Sistema de Cadastro e Registros de Estrangeiros
STI	Sistema de Tráfego Internacional
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>HAITI: BREVE HISTÓRICO E A POSIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES</b> .	<b>14</b>
2.1	BREVE HISTÓRICO: CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS E SOCIOECONÔMICAS .....	14
2.2	A POSIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NA SOCIEDADE HAITIANA .....	18
2.2.1	A ANÁLISE DA SOCIÓLOGA MADELEINE SYLVAIN BOUCHEREAU - 1944.....	21
2.2.2	ATUALIZAÇÕES SOBRE A POSIÇÃO DAS MULHERES NO HAITI .....	25
<b>3</b>	<b>O PROJETO MIGRATÓRIO HAITIANO E OS CONDICIONAMENTOS LEGAIS</b> .....	<b>30</b>
3.1	AS MULHERES E O PROJETO MIGRATÓRIO.....	37
<b>4</b>	<b>A MATERNIDADE LÁ E CÁ</b> .....	<b>41</b>
4.1	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A questão abordada nesse trabalho é: Como a maternidade influencia a posição social das mulheres haitianas no processo migratório? Com essa questão trataremos dos problemas das mudanças de posição social e em quais direções elas ocorrem, durante o percurso migratório das mulheres haitianas, por meio da caracterização da posição social da mulher – tendo em referência a maternidade – no Haiti e depois no Brasil através de pesquisas bibliográficas e entrevistas.

A realização dessa pesquisa esbarrou em algumas dificuldades de acesso à bibliografia específica. A maioria dos estudos encontrados é voltada à situação do homem durante o percurso migratório, sobre exploração de mão de obra ou sobre privação de direitos sociais aos imigrantes, mas poucos analisam a situação da mulher sob o enfoque do percurso migratório. Além de analisar a maternidade durante o percurso migratório, a necessidade de caracterizar a posição social da mulher na origem tornou-se difícil pois a bibliografia de referência disponível encontra-se em outro idioma (francês).

Analisando alguns pontos é possível formular duas hipóteses. A primeira parte do fato de que os homens, na origem, recebem mais “investimento” para migrar, fazendo com que o projeto migratório se torne um processo social de reprodução das desigualdades de gênero. Entretanto, a reunificação familiar e a maternidade durante o percurso migratório – esta é a hipótese - faz com que a mulher contribua de forma significativa para consolidação da permanência no país de destino por meio da maternidade, reposicionando-as dentro da estrutura familiar. A segunda hipótese é que a posição inferior da mulher na origem acaba sendo reproduzida dentro do processo migratório, pois continua vinculada ao projeto masculino.

De qualquer forma, o êxito do projeto migratório é frágil, tanto para homens quanto para mulheres. E é a reunificação familiar, que quando conquistada, faz com que a mulher tenha “papel” relevante para consolidação da permanência no país de destino; e a maternidade é intrínseca à esse processo. Estas hipóteses são analisadas no desenvolvimento do presente trabalho. Porém, antes de referenciar a maternidade é preciso discutir sobre a situação social e econômica da mulher, tanto

no país de origem como no de destino.

Muitas produções foram realizadas sobre o tema da migração haitiana. Autores como Joseph Handerson, Renata de Melo Rosa, Margarita Rosa Gaviria Mejía, Claudia Mora, etc. Tais produções foram voltadas para vários temas como, por exemplo, exploração de trabalho haitiano, percurso na vinda para o Brasil, falta de acomodações nas cidades fronteiriças, solicitações de refúgio e vistos de permanência entre outros. Com isso, um dos desafios do trabalho foi abordar um tema que ainda não foi trabalhado, com dados sob uma perspectiva não abordada anteriormente. Por haver várias produções em relação ao histórico haitiano, o capítulo 2 descreve um breve histórico sobre o Haiti e inicia uma discussão sobre a posição social das mulheres dentro dessa sociedade.

O capítulo 2 também traz resumidamente a análise de uma socióloga e educadora chamada Madeleine Sylvain Bouchereau (1905-1970), haitiana, nascida em Porto Príncipe, filha de um poeta e diplomata local. O contexto socioeconômico e cultural analisado por Bouchereau mostra o processo histórico de prejuízos culturais e sociais das mulheres no Haiti. Para ela, a situação da mulher pode ser explicada pela mistura entre as tradições africanas e francesas, além de outras forças sociais que atuaram na formação do Haiti.

Com a tese de Bouchereau sendo de 1944, o capítulo 2 também traz as atualizações sobre a posição das mulheres dentro da sociedade haitiana. Mostrando que atualmente podemos analisar que a desigualdade ainda é um problema para as mulheres. Sendo manifestada, por exemplo, através da falta de investimentos na alfabetização feminina.

O capítulo 3 mostra que o grande fluxo migratório de haitianos para o Brasil, que aconteceu após o terremoto de 2010, soma-se a outros fluxos migratórios que ocorreram em diferentes momentos da história do país. A falta de trabalho e de perspectivas futuras são as principais causas do êxodo haitiano e o terremoto acabou sendo importante ou decisivo no momento da migração, mas não o único motivo. Além de questões culturais e econômicas que permeiam os motivos da partida do Haiti, existem problemas de segurança pública e a instabilidade política que também influenciam o projeto migratório. Fatos como a destituição do presidente do Haiti, a coordenação brasileira da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o “visto humanitário” concedido pelo governo brasileiro, a possibilidade de migrar para Argentina ou Chile a partir do Brasil, unidos

à falta de possibilidades de emigração para a França, EUA e Canadá, tornaram o Brasil a melhor escolha.

O capítulo 3 traz também o posicionamento feminino no momento da migração e discute que, ao que tudo indica, somente quando o “projeto migratório masculino” não obtém sucesso é que ocorre investimento no “projeto migratório feminino”. Quando o objetivo é a migração das mulheres, os pais, irmãos, maridos ou companheiros fazem parte da decisão de migrar. Este projeto, muitas vezes, não inclui filhos, que ficam no Haiti enquanto os pais vão para outros países. Com isso, as mulheres acabam sendo novamente colocadas em situação de inferioridade ao serem preteridas no projeto migratório e devem arcar com a estrutura econômica e familiar que é ainda mais fragilizada com a ausência do homem/pai que emigrou.

Com a intenção de tratar a análise dos dados e a condição das mulheres na origem o capítulo 4 traz a análise de 10 entrevistas de mulheres haitianas para, assim, abordar o tema da maternidade “lá” e “cá” com mais informações. Nesse capítulo é analisado como a maternidade relaciona-se ao posicionamento social das mulheres haitianas no processo migratório, considerando as posições na origem descritas nos capítulos anteriores.

## 2 HAITI: BREVE HISTÓRICO E A POSIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

### 2.1 BREVE HISTÓRICO: CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS E SOCIOECONÔMICAS

O Haiti é um país situado na região do Caribe, possui 27.750 Km<sup>2</sup> de extensão e ocupa aproximadamente um terço da ilha de Hispaniola. É considerado um país pequeno tendo tamanho quase equivalente ao estado brasileiro de Alagoas, que possui 27.778 Km<sup>2</sup>. Este país fica na parte ocidental da ilha e faz fronteira apenas com a República Dominicana. (ARRAES, 2013)

A população do país, atualmente, gira em torno de 11 milhões de pessoas e possui uma grande concentração demográfica. Um exemplo desta concentração, é que somente na capital Porto Príncipe e seus entornos vive cerca de 39% da população do país inteiro. Com isso, Porto Príncipe não é apenas a maior cidade haitiana, mas também o centro administrativo, econômico e cultural do Haiti. As línguas oficiais faladas no Haiti são o francês e o *creole*, sendo o francês língua oficial e o *creole* um tipo de dialeto local. Sua população é de maioria negra e uma minoria branca e mulata. Sendo, assim, 95% da população considerados negros e 5% brancos e mulatos. (ARRAES, 2013)

É considerado como um dos países mais pobres do mundo e o mais pobre dentro da América. Sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas (ONU) está acima da posição 150<sup>o</sup> dentro os 188 países analisados. Esse cálculo é feito a partir do Produto Interno Bruto (PIB) do país, da taxa de mortalidade infantil e de alfabetização<sup>1</sup>. Em comparação com o IDH do Brasil, que ocupa a 79<sup>o</sup> posição este ano, o Haiti está bem atrás na lista. Além do IDH baixo do país, ele se caracteriza como o 33<sup>o</sup> país onde mais morrem mulheres durante o parto e o 42<sup>o</sup> em mortalidade infantil. Apenas cerca de 52,9% da população é alfabetizada. (ARRAES, 2013)

As poucas indústrias localizadas no país são de refino de açúcar, moagem de farinha, de cimento, montagem de produtos com peças importadas ou indústrias têxteis. Com isso, o setor de serviços acaba sendo o maior do país, representando 50,4% da economia, seguido da agricultura com 38,1%, onde os principais produtos agrícolas são café, manga, cana-de-açúcar, arroz, milho, sorgo e

---

<sup>1</sup> Exemplo de Ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) realizado em 2014: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>

madeira, e por último a indústria com 11,5%. Contudo, o país possui uma taxa de desemprego elevada, de 40,6%, significando que o restante da população está sem emprego ou trabalhando no mercado informal. É um país que produz pouca eletricidade e não possui reservas de petróleo nem gás natural, com isso, tem que importar toda a sua demanda. (ARRAES, 2013)

Historicamente o Haiti é marcado por conflitos políticos e sociais, que acabaram prejudicando o bem-estar da população e o desenvolvimento do país. Foi através do Tratado de Ryswick, entre Espanha e França, que a parte da ilha onde hoje fica o Haiti foi cedida para a França e, inicialmente, recebeu o nome de Saint Dominique. Neste território foi cultivado açúcar com utilização de mão de obra escrava africana.

Em 1791, os escravos rebelaram-se contra a França, sob a liderança de Toussaint L’ouverture e influenciados pela revolução francesa. Toussaint foi nomeado governador vitalício em 1801, após a abolição da escravatura. Porém, uma expedição francesa, enviada ao país para controlar os rebeldes prenderam Toussaint e o levaram para a França. Enquanto isso, Jean-Jacques Dessalines, continuou com o movimento de resistência que resultou na independência do país. A população haitiana lutou por treze anos para deixar, em 1804, de ser uma colônia francesa e, assim, passou a se chamar Haiti. (FRANCISCO, 2017)

A elite insatisfeita com a nova composição política, tomou o poder, em 1806, o que resultou em uma administração fragmentada e um país com um governo dividido. Apenas em 1820 o governo voltou a ser unificado. (FRANCISCO, 2017)

Em 1957 o médico François Duvalier conhecido como “*Papa Doc*” foi eleito presidente do país e marcou o período com seu governo ditatorial. François Duvalier foi sucedido por seu filho Jean-Claude Duvalier conhecido como “*Baby Doc*”, e marcou o período com repressão militar em perseguição a seus opositores. Mais uma vez, o povo haitiano lutou contra o totalitarismo dos Duvalier e a repressão policial dos “*tontons macoutes*” (bichos-papões), que faziam parte da guarda do governo, para novamente tornarem-se livres. Em 1986 Jean-Claude Duvalier foi forçado a deixar o país, mas deixou no poder uma junta chefiada por Henry Namphy. (FRANCISCO, 2017)

Com a retirada de *Baby Doc* do país houve um longo período de instabilidade e violência até que, em 1990, foram realizadas eleições presidenciais

diretas que elegeram o sacerdote católico e teólogo da Libertação Jean-Bertrand Aristide, o primeiro presidente a ser eleito democraticamente no país e com mais de dois terços dos votos. No entanto, o presidente eleito sofreu um golpe de estado e teve que retirar-se do Haiti em 1991. Apenas em 1994, com apoio de uma coalizão militar liderada pelos Estados Unidos, com autorização da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), Aristide pôde retornar ao país. (FRANCISCO, 2017)

Em 2000, com a eleição de Aristide novamente, houve uma revolta dos partidos da oposição, que alegavam ter havido fraudes nas disputas eleitorais legislativas e que Aristide teria usado o governo de René Garcia, que era seu aliado político, para reeleger-se, agindo, assim, de forma antidemocrática. Esse conflito levou o país a uma Guerra Civil.

Em 2004, forças militares da França e Estados Unidos adentraram no Haiti e retiraram Aristide do país. Logo após, para conter a situação de conflito e violência, o presidente do Supremo Tribunal haitiano, Bonifácio Alexandre, que assumiu o poder após a retirada de Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004, pediu ajuda a Organização das Nações Unidas (ONU) que criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), comandada pelo Brasil, que cuidou do envio tropas ao Haiti para ajudar na reestruturação política e garantir a segurança da população haitiana. (FRANCISCO, 2017)

Após um período de contenção da violência, implantação de projetos sociais, reorganização política e tentativas de estabilizar a economia do país, em 2009 o país sofreu perante três furacões e, enquanto ainda tentava se recuperar, em 12 de janeiro de 2010, sofreu as consequências de um terremoto de magnitude sísmica 7.3 na escala Richter. Estima-se que cerca de 230 mil haitianos tenham morrido em decorrência do terremoto e cerca de 1,5 milhões ficaram desabrigados, além de 80% das construções de Porto Príncipe acabarem praticamente destruídas, incluindo o Palácio Presidencial. (GIRALDI, 2012)

Apesar destes fatores o “projeto migratório” também é considerado parte do processo de socialização dos haitianos. Os esquemas de socialização ajustam-se com a pobreza e a violência do país, fazendo com que muitos haitianos optem por migrar para outros países em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Entre os destinos principais estão o Canadá, Estados Unidos, França, República Dominicana, Antilhas Francesas e o Brasil. Os haitianos

consideram estes países como *peyi blan* (país desenvolvido), pois nesses países é possível conseguir *lajan disporá* (dinheiro diáspora). Apesar de o Brasil também ser considerado um país desenvolvido aos olhos dos haitianos, muitos passaram a não o ver mais como um país tão desenvolvido, pois não conseguem o *lajan disporá* aqui<sup>2</sup>. (HANDERSON, 2015)

O grande fluxo de imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil a partir de 2010, esta não foi a primeira vez que haitianos escolheram como destino essa terra. Embora os grandes fluxos de pessoas de nacionalidade haitiana ao Brasil datem de janeiro de 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem registros de imigrantes haitianos desde a década de 1940 no Brasil. Porém, devido ao fato de anteriormente os imigrantes chegarem em menores quantidades e o fluxo de 2010 ter sido muito maior este acabou chamando mais atenção. (HANDERSON, 2015)

Os grandes fluxos da migração haitiana para fora do país podem ser listados em quatro períodos. O primeiro grande fluxo de imigrantes haitianos para fora do país aconteceu durante o período entre 1915 e 1934, devido à ocupação das forças armadas no Haiti e República Dominicana entre 1912 e 1924. Os haitianos migravam para Cuba e República Dominicana para suprir a escassez de mão de obra das plantações de cana de açúcar dos países.

O segundo fluxo migratório aconteceu quando o inglês se tornou obrigatório no sistema educacional haitiano e ocorreu o aumento das igrejas protestantes americanas no país. Isso devido ao fato de, durante o Governo Élie Lescot, os Estados Unidos terem se tornado mais familiares com o Haiti. Durante a década de 1950, os membros da elite enviavam seus filhos para estudar nos Estados Unidos e os agricultores que haviam trabalhado, com a exploração da cana de açúcar em Cuba e na República Dominicana, durante o primeiro fluxo migratório, passaram a enxergar os Estados Unidos como uma oportunidade de migração. (HANDERSON, 2017)

O terceiro fluxo da migração haitiana teve início na primeira metade da década de 1990 e ocorreu por causa do golpe de Estado e deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide. Cerca de 46.000 pessoas saíram do Haiti em

---

<sup>2</sup> O dólar americano e o euro são considerados *lajan diáspora* (dinheiro diáspora). (HANDERSON, 2015, p. 26) Por isso, para os haitianos, no Brasil não é possível conseguir dinheiro diáspora, pois aqui a moeda é o real e essa é uma moeda considerada “desvalorizada” em vista do dólar americano e do euro.

botes e acabaram sendo interceptados em na Baía de Guantánamo em Cuba e acabaram sendo presas no país, algumas por mais de 1 ano. O quarto fluxo de migração haitiana teve início a partir de 2010. Esse fluxo ocorreu devido às consequências do terremoto daquele ano, que gerou inseguranças no ramo público, da política, inseguranças socioeconômica, alimentícia, educacional e na área de saúde e saneamento básico. (HANDERSON, 2017)

## 2.2 A POSIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NA SOCIEDADE HAITIANA

Desde a Revolução Haitiana (1791-1804) as mulheres lutam por direitos e liberdade, porém as dificuldades sociais enfrentadas por elas são barreiras a obtenção destes direitos. Mesmo após todo o tempo que sucedeu à Revolução, as mulheres ainda são culturalmente consideradas inferiores aos homens, como em muitas outras culturas.

Mesmo o reconhecimento de gêneros, de forma igualitária, aconteceu tardiamente e, no Haiti, as mulheres só foram reconhecidas igualmente perante a lei na Constituição de 1986. Porém, no país ainda existem hierarquias dentro das famílias e um exemplo disso acontece quando a família possui pouco alimento para os pais e filhos. Dentro dessa hierarquia o pai se alimenta primeiro, seguido da mãe, depois os filhos homens de acordo com a faixa etária e por último as filhas mulheres de acordo com a faixa etária. Com isso, as meninas caçulas são as últimas em grau de importância quando trata-se das refeições do lar. (ARAÚJO, 2016)

Apesar de toda a desigualdade as mulheres são consideradas fundamentais na sociedade haitiana. É através das chamadas “Madam Sara” que o comércio nas ruas é movimentado. Estas mulheres vendem seus produtos caminhando por longos percursos além de algumas também plantarem e colherem os alimentos que oferecem. (HANDERSON, 2015)

O próprio sistema educacional do Haiti possui uma lógica desigual desde 1804, ano da independência do Haiti. Dirigentes do país entenderam que a educação para todos era fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país. Ocorreram várias tentativas de reforma na educação e a mais importante ocorreu em 1879, nessa reforma a busca era a redução da desigualdade de oportunidades escolares e, para isso, além das escolas urbanas, foram criadas

escolas rurais e campanhas de alfabetização. Porém, esse projeto de reforma não alcançou os resultados esperados (JOINT, 2008). Com isso, a base da orientação da educação no país acaba sendo a desigualdade de oportunidades escolares, como ilustrada pela situação a seguir.

No Haiti os estudantes não são designados para as instituições de ensino mais próximas. Eles frequentam os estabelecimentos que preferirem, independente dos bairros onde estão localizados. Por isso, o recrutamento pode depender da zona geográfica e da preferência dos pais, que acabam buscando os melhores estabelecimentos. Na hora da escolha, as famílias possuem opções dentre as quais estão os liceus, escolas secundárias públicas que, em comparação com as escolas privadas, são de grande porte e acabam sendo frequentadas por alunos das classes médias urbanas. Os maiores liceus do Haiti preparam alunos de classes médias que não querem frequentar escolas privadas dentre eles estão: o Liceu Pétion, Liceu Toussaint Louverture, Liceu Antenor Firmin (para meninos), Liceu Cent Cinquantenaire de l'Indépendance (para meninas) e o Liceu Marie Jeanne, considerado o melhor. Apesar de serem instituições públicas, tem reputação de possuir bons professores. Estes seriam pagos pelo Estado, porém devido à falta de controle decorrente dos responsáveis por essas instituições, muitos dos funcionários acabam não se dedicando completamente e cometendo faltas e atrasos. Assim, as famílias populares que possuem renda mensal preferem colocar seus filhos e filhas em escolas privadas, pois estas são consideradas mais organizadas do que os liceus. (JOINT, 2008)

No Haiti as escolas de ensino privado podem ser separadas em quatro categorias. Primeiro estão as “escolas *borlette*” ou de loteria, que ficam na parte inferior da hierarquia por serem de má qualidade e mau funcionamento: os alunos que ingressam nessas escolas foram rejeitados por uma boa escola ou foram expulsos por falta de pagamento das taxas escolares, além disso os professores ganham pouco, prejudicando sua dedicação à função. Em segundo estão as escolas independentes, que possuem nível médio na escala da hierarquia: os alunos que pagam as mensalidades com regularidade têm controle e acompanhamento pedagógico. Os professores são considerados competentes e pagos regularmente. Em terceiro ficam as escolas congregacionais que possuem professores bem formados e que recebem bons salários, fazem acompanhamento pedagógico regular e possuem material didático considerado praticamente adequados. A classificação

dessas escolas varia através de diferentes fatores como a clientela e o custo das mensalidades. Por último e no topo da hierarquia estão as escolas privadas internacionais, que estão estabelecidas em Porto Príncipe, em Délmas e Pétionville. Essas instituições são dirigidas por estrangeiros e os professores são haitianos muito qualificados. O diferencial dessas escolas é que seu programa de ensino não tem relação alguma com o sistema de educação haitiano. Por isso, os sistemas aplicados acabam sendo os vigentes na França, Canadá ou nos Estados Unidos. Tais instituições preparam os jovens para fazer o ensino superior no exterior, porém são muito caras em comparação com as demais e, por isso, acabam sendo frequentadas, em maioria, por filhos de funcionários internacionais e por crianças oriundas das classes altas do Haiti. (JOINT, 2008)

O fato de as melhores escolas serem de ensino privado faz com que as famílias que se encontram nas faixas mais baixas da hierarquia social priorizem a educação dos meninos, prevendo não apenas a inserção no mercado de trabalho local, mas sobretudo, promovendo o acúmulo de capital cultural – nos termos de Bourdieu (2002) – reconhecido como capital essencial ao processo migratório. Com isso, a educação das meninas, já nos anos iniciais, é defasada perante os meninos no que se refere à qualidade e aos conteúdos escolares. Assim, posteriormente, essas meninas acabam tendo dificuldades na inserção no mercado de trabalho formal e são proteladas nos projetos migratórios.

Além disso, o fato de as mulheres terem mais responsabilidades no que diz respeito aos cuidados do lar e dos filhos faz com que essa diferença de responsabilidades se some ao desequilíbrio educacional para contribuir com a reprodução das desigualdades de gênero. No Haiti existe uma desigualdade instituída culturalmente e ocorre uma submissão das mulheres ao domínio masculino quando casais. Isso é geralmente tratado como um fato natural e a divisão dos sexos, para eles, parece estar na “ordem das coisas”. Segundo Bourdieu (2003) essa dominação está presente nas coisas no mundo social e incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes e funciona como sistemas de percepção e ação.

Esses exemplos mostram que mesmo as mulheres sendo reconhecidas como iguais perante a lei, culturalmente elas ainda são inferiores e essa estrutura social onde a mulher é inferior faz com que o destino delas seja ligado aos homens, havendo inclusive pressão familiar para que se casem.

### 2.2.1 A ANÁLISE DA SOCIÓLOGA MADELEINE SYLVAIN BOUCHEREAU - 1944

A realização desta pesquisa, cujo tema envolve as posições das mulheres e a maternidade no percurso migratório, esbarrou em algumas dificuldades de acesso à bibliografia específica. A maioria dos estudos encontrados é voltada à situação do homem durante o percurso migratório, sobre exploração de mão de obra ou sobre privação de direitos sociais aos imigrantes, mas poucos analisam a situação da mulher sob o enfoque do percurso migratório.

E, além disso, considerando que para análise do percurso migratório é relevante a caracterização da posição social da mulher na sociedade de origem, duas outras barreiras foram encontradas. A primeira foi de acesso a uma bibliografia mais diversificada, pois só foi possível acessar a disponível *online*<sup>3</sup>. A segunda foi linguística, uma vez que a bibliografia mais aprofundada sobre o tema é a publicada em francês<sup>4</sup>.

Um dos estudos encontrados, que aborda a situação da mulher encontra-se em um livro escrito em francês pela socióloga e educadora Madeleine Sylvain Bouchereau (1905-1970), uma haitiana, nascida em Porto Príncipe, filha de um poeta e diplomata local. Foi uma das pioneiras a falar sobre a situação das mulheres no país e uma das fundadoras da *Ligue Féminine d'Action Sociale*, a primeira organização feminista no Haiti. Em seu texto, *Haïti et ses femmes: une étude d'évolution culturelle*" (BOUCHEREAU, 1944), a socióloga militante<sup>5</sup> analisa de forma interdependente as condições socioeconômicas e os elementos culturais que reproduzem a posição inferior das mulheres na sociedade haitiana.

Para ela, a situação da mulher pode ser explicada pela mistura entre as tradições africanas e francesas, além de outras forças sociais que atuaram na formação do Haiti. Isso contribuiu para estabelecer um “quase” sistema de castas e no meio dessa mistura de tradições ficou a mulher, sendo livres ou escravas, sempre consideradas como submissas aos homens. E mesmo participando na luta pela independência alguns costumes, tradições e leis acabaram contribuindo para

---

<sup>3</sup> Além do próprio Haiti, grande parte da produção sobre o tema tem origem no Quebec (Canadá), onde a migração haitiana tem relevante peso.

<sup>4</sup> A leitura dos textos em francês foi auxiliada por uma tradução livre feita pelo professor Fernando Kulaitis do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

<sup>5</sup> A autora defende mudanças nos costumes tradicionais para que a situação da mulher haitiana possa progredir, pois os progressos sociais não seriam eficazes e duradouros se as mulheres não se emancipassem de sua posição culturalmente inferiorizada.

classificar sua posição como inferior na sociedade haitiana.

Segundo Bouchereau, no período de seu estudo, as mulheres, com exceção das que faziam parte da burguesia e da classe média, eram em grande parte muito supersticiosas, analfabetas, não tinham noção de princípios de higiene e nem de economia doméstica. Algumas dessas mulheres eram chefes de uma família grande e viviam em casas apertadas e insalubres, ainda sendo submissas às vontades dos homens. Para a autora, mesmo sendo consideradas inferiores pelos costumes e por lei, a mulher desempenhava um papel importante na família e na comunidade haitiana.

Bouchereau analisa que, de forma geral, o padrão de vida da sociedade haitiana era baixo e, com isso, a mulher ficava sobrecarregada com tarefas domésticas que poderiam ser facilitadas com o uso de ferramentas e equipamentos modernos. Porém, as condições econômicas não permitiam obter esse tipo de equipamentos. Com isso, para haver uma certa melhoria seria necessário que as mulheres adquirissem noções de economia doméstica podendo, assim, enfrentar as dificuldades impostas pela condição econômica e social local.

Para a autora, as mulheres, com exceção das pertencentes à elite do país, sempre contribuem para a manutenção das famílias e para a prosperidade da nação tanto quanto os homens. Seu trabalho é necessário para complementar a renda dos maridos, que ganham salários baixos. Contudo, esse papel na sociedade haitiana não foi suficiente para melhorar a situação da mulher no contexto da organização social da época em que Bouchereau a estudava. Para ela, o problema da mulher era mais um dos problemas do país em geral, não sendo possível esperar mudanças com ralação à situação particular das mulheres sem haver mudanças nas instituições sociais e econômicas.

Bouchereau traz o assunto de que a responsabilidade familiar recai mais sobre a mãe e que é através de seus esforços que, na maioria das vezes, as crianças são alimentadas, vestidas e educadas. Por isso, as mulheres desempenham duplo papel quando se trata de apoio econômico e familiar, tornando suas tarefas mais pesadas que as dos homens. No entanto, perante tais situações, os salários das mulheres, naquele contexto de 1944, eram quase sempre inferiores ao dos homens. A autora, então, indaga quais seriam as razões para tais diferenças e encontra respostas na divisão sexual do trabalho. Por um lado, aponta que existem muitas ocupações consideradas como femininas: costura, pastelaria e

trabalhos domésticos são os exemplificados por Bouchereau. Apenas alguns comércios possuíam uma divisão mais equilibrada entre os sexos. Por outro lado, em geral as mulheres são menos bem remuneradas que os homens devido a uma série de valores sociais que auxiliam a reprodução de posições inferiorizadas: acredita-se que são menos produtivas e que possuem menos responsabilidades que os homens, que estão dispostas a aceitar menores salários devido às necessidades e que podem gastar menos tempo com o trabalho devido aos serviços domésticos.

De forma interdependente, o fato de as ocupações profissionais reservadas às mulheres estarem na mais baixa escala da hierarquia social, a falta de preparação profissional e os valores sociais naturalizados de sua condição, são os principais fatores de reprodução das desigualdades sociais que reservam uma posição inferior para as mulheres na sociedade haitiana. Porém, como defende Bouchereau, nenhum desses fatores apontam provas para justificar os menores salários.

Há ainda outros efeitos dessa divisão sexual do trabalho: o pequeno número de ocupações femininas impede o aumento dos salários. E as ocupações tidas como femininas, em sua maioria, não consideram necessária uma preparação profissional. Como todas as escolas femininas ofertavam o ensino da costura, muitas mulheres buscavam a profissão para o sustento, o que gerava concorrência entre elas e tinha como efeito os “salários de fome”. O mesmo ocorria com as domésticas, pois havia uma abundância de candidatas e o despreparo delas acabava baixando os salários a níveis de subsistência. A remoção dessas causas da remuneração inadequada do trabalho das mulheres seria uma das soluções para a melhoria das condições econômicas em que elas vivem. Nesse sentido, Bouchereau defendia o aumento no número de escolas de formação profissional e o ensino de profissões menos manuais.

Segundo Bouchereau, as mulheres da classe média e burguesia tem salários equivalentes aos dos homens, mas, geralmente, não têm acesso a posições de liderança. Esse preconceito contra o avanço das mulheres que trabalham, muitas vezes é “justificado” pela falta de preparação delas e pela negligência no exercício da profissão, consideradas temporárias por elas mesmas.

Como já anunciado, as mulheres, casadas ou solteiras, ocupam um lugar importante na estrutura familiar, muitas vezes carregando a responsabilidade familiar sozinhas. Contudo, no casamento elas têm suas personalidades sujeitas ao

poder masculino, tornando-se incapazes de gerir seus negócios e dispor de seus salários. Nessa estrutura, para Madeleine, os direitos da mãe são sacrificados aos do pai. Fora do casamento, a menina, nos termos da socióloga, está inadequadamente protegida por lei contra os desejos masculinos. As consequências da relação sexual pesam unicamente sobre a mulher, ficando o homem geralmente isento de qualquer responsabilidade legal eficaz.

Para Madeleine Sylvain, o concubinato e a poligamia são feridas sociais e econômicas, sendo difícil ser removidos através de lutas, por se tratarem de tradições antigas e arraigadas. Contudo, prevê a autora, enquanto houver concubinato e o homem puder ter filhos com diversas mulheres sem assumir responsabilidades a mulher continuará sendo como uma escrava, sendo forçada a trabalhar arduamente para sustentar os filhos e sendo exposta a situações de pobreza cada vez maiores. No caso das camponesas, o homem pode, ainda, repudia-las a qualquer momento, isso faz com que, em termos legais, elas não possam reivindicar nada e nenhum contrato obriga o homem a ter responsabilidades para com ela. Essa situação pode levar à uma divisão da família, pois a mãe, muitas vezes, acaba não tendo como criar os filhos e é obrigada a se separar deles deixando-os aos cuidados de outros.

Para a autora, as principais reformas para melhorar a situação das mulheres seriam: a eliminação da subjugação no casamento; a igualdade de cônjuges e igualdade de direitos para as crianças. Em 1944, Bouchereau acreditava que a mulher em breve teria pleno gozo dos direitos políticos e mostra que elas vinham provando sua importância no campo da assistência social. A participação das mulheres nos assuntos públicos iria exercer uma influência favorável sobre o futuro do país. Do ponto de vista educacional, havia muitas deficiências na questão da educação feminina não havendo escolas suficiente, especialmente nas zonas rurais, além da escassa formação profissional, ensino secundário e superior. Para a autora, a ampliação do acesso à educação dependeria principalmente do papel atribuído às mulheres na sociedade. É diferente se pensar que a educação da mulher só é necessária para prepará-la melhor para cumprir o papel secundário na família e na sociedade. Deve-se pensar no desenvolvimento educacional das mulheres para lhe permitir uma melhor participação no andamento do país, pois com a educação adequada a mulher poderia participar na reconstrução da família e da sociedade.

O contexto socioeconômico e cultural analisado por Bouchereau mostra o processo histórico de prejuízos culturais e sociais das mulheres no Haiti. Apesar de serem consideradas fundamentais na manutenção das famílias e da sociedade, elas são tratadas como inferiores aos homens. Ainda hoje isso é visível em muitos casos devido à falta de investimento na escolarização e profissionalização das mulheres. E se as mulheres são instrumentalizadas e rebaixadas em relação a posição masculina em diferentes sociedades, no caso haitiano essa situação acaba se agravando devido à falta de recursos no país.

### 2.2.2 ATUALIZAÇÕES SOBRE A POSIÇÃO DAS MULHERES NO HAITI

Como em outros países da América Latina, o Haiti sofre com crises na econômica, populacional e educacional. Com altas taxas de desemprego em certos grupos mais vulneráveis algumas falhas em fatores estruturais da sociedade ficam evidentes. As taxas de desemprego, por exemplo, podem ser justificadas pelo fato de terem níveis elevados para certos grupos específicos de pessoas que estão sem emprego devido à falta de preparação e habilidades acadêmicas. Muitos questionamentos são feitos em relação a prestação de serviços, eficácia de ações educacionais e papel da escola na formação para as novas gerações.

As mulheres são as que mais padecem com a falta de escolaridade, pois a falta de qualificação gera uma situação de desemprego. O fator da educação, no Haiti, fica evidente com a taxa de alfabetização para homens e mulheres. Essa taxa é maior para homens do que para as mulheres, sendo 60,1% e 48,6% respectivamente. (VIL, 2006)

Em relação ao sistema de saúde, o Ministério de Saúde Pública aponta que 40% da população não tem acesso a rede de saúde. Dados<sup>6</sup> mostram que

[...] Existem aproximadamente 1,6 médicos, 1,3 enfermeiros e 0,4 dentistas por cada 10 000 habitantes. Além disso, há 1 hospital por cada 160 mil habitantes e 1 dispensário por cada 21 mil habitantes (FIDA, 2001). Essa falta de infraestrutura neste domínio pode afetar indiretamente o alto nível de mortalidade infantil que atingiu 74 por mil em 2001. A taxa de mortalidade varia de acordo com o local de residência e o nível educacional da mãe. As causas diretas mais prováveis da mortalidade infantil são:

---

<sup>6</sup> Os dados apresentados nos parágrafos subsequentes encontram-se em VIL (2006). Seu uso sistemático neste momento reflete a dificuldade em encontrar, com nossos recursos, dados atualizados sobre o Haiti. O texto original encontra-se em espanhol e os trechos citados aqui foram traduzidos pela autora.

insuficiência de peso ao nascer, problemas obstétricos, tétano, diarreia e infecções respiratórias. Além disso, a mortalidade materna é crítica. As causas diretas são: eclampsia (16%) e complicações infecciosas e neurológicas. (VIL, 2006, p. 47).

Além do desemprego ser mais frequente entre as mulheres, os casos de extrema pobreza também são mais frequentes entre mulheres do que entre homens, sendo 58% e 51,7% respectivamente segundo dados apresentados por Vil (2006). Porém, existem diferenças entre famílias chefiadas por homens e famílias chefiadas por mulheres.

[...] em geral, verifica-se o que contribui para a situação de pobreza, tanto subjetivamente como objetivamente, é maior em famílias chefiadas por homens do que em famílias chefiadas por mulheres. A diferença de pobreza entre as mulheres chefes de família e de homens chefes de família está enraizada em fatores culturais ligados à situação de mulheres que podem ser viúvas, mulheres casadas ou mulheres solteiras. Na sociedade, o status das mulheres como chefes de família geralmente é feito em um contexto em que se beneficiam de um padrão de vida relativamente maior que a maioria das outras mulheres. (VIL, 2006, p. 67).

A pobreza extrema afeta principalmente as áreas rurais do país e é mais recorrente nas famílias chefiadas por pessoas que possuem pouca escolaridade.

[...] 72% dos pobres extremos vivem em áreas rurais. No ambiente urbano, a pobreza monetária extrema afeta principalmente os inativos. Esta situação é mantida em todos os grupos socioeconômicos, em todas as categorias de tamanho doméstico e em todos os estratos geográficos. As famílias maiores são as mais pobres. Uma subdivisão da população de acordo com o nível de educação do chefe de família revela uma situação similar. Os menos educados contribuem mais para a pobreza. A incidência da pobreza nas famílias cujo chefe atingiu o nível de educação primária é inferior a 30%, comparativamente aos chefes sem educação. Além disso, a situação de pobreza é menor quando observada entre as famílias cujo os chefes completaram o ensino superior. [...] [...] famílias chefiadas por mulheres têm 30% mais probabilidades de serem pobres comparativamente às famílias chefiadas por homens. [...] (VIL, 2006, p. 67).

Todos esses fatores contribuem para uma desigualdade entre homens e mulheres. Como observado, as mulheres tem maiores probabilidades de sofrerem com a pobreza extrema, desemprego e falta de escolaridade. O tipo de renda de trabalhadores, formais ou informais, também tem influencia sobre a desigualdade. Essa diferença de renda é estabelecida pela categoria profissional, sendo essa categoria contribuinte da desigualdade com uma taxa de 4,6%. Os tipos informais de trabalho limitam o crescimento economico, promovendo a desigualdade social, entre outras coisas. Por isso, os trabalhadores informais não tem acesso a

redes de segurança social e ao sistema financeiro, por isso, apresentam maior desigualdade de renda e de oportunidades.

Segundo Vil (2006) existem fatores que acarretam na probabilidades de cair em situação de extrema pobreza:

A probabilidade de cair em pobreza monetária extrema para um indivíduo que vive no Haiti é de 48%, atendendo às características médias da população. No entanto, cair na pobreza monetária extrema é o resultado da união de vários fatores e alguns dos quais são: sexo, educação do chefe da família, educação dos outros membros, ramo de atividade, estado civil, status de emprego, região onde mora, etc. No que diz respeito ao sexo, as mulheres têm uma probabilidade maior de cair na pobreza em 23,4% a mais em relação aos homens. As mulheres são mais propensas a cair na pobreza devido à falta de oportunidades e autonomia econômica, falta de acesso à educação, serviços de apoio e recursos econômicos, incluindo crédito, propriedade da terra e o direito de herdar, e com sua participação limitada no processo de tomada de decisão. (VIL, 2006, p. 87).

Além de todos os fatores indicados pelos quais as mulheres são prejudicadas em relação aos homens, essas mulheres também enfrentam maiores dificuldades na hora de ingressar no mercado de trabalho. Elas acabam ocupando os setores de baixa produtividade, com empregos de baixa qualidade e sem garantias. Muitas dessas mulheres recorrendo ao comércio de produtos como meio de obtenção de renda.

Nesse sentido, pode-se acrescentar que a sociedade continua a ser organizada em torno de uma divisão sexual do trabalho que atribui diferentes funções a homens e mulheres e atribui uma avaliação diferente, o que leva as mulheres a ter menos acesso a recursos materiais e Menos oportunidades para gerar renda. (VIL, 2006, p. 87).

Um dos fatores que mais pesam para a situação de pobreza entre as mulheres é a falta de educação.

[...] o investimento na educação das mulheres é uma forma de quebrar a trágica transmissão inter geracional da pobreza. Mostra-se que quanto maior o nível de educação das mulheres, maiores são os níveis de educação. As mulheres que receberam educação asseguram que seus filhos estão bem preparados para ganhar a vida no mercado de trabalho. A educação das meninas não só lhes proporcionará oportunidades econômicas, mas também resultará em benefícios sociais relacionados, incluindo a redução da fertilidade e as taxas de mortalidade infantil, a melhoria das condições de saúde de toda a família e o aumento de dos níveis educacionais dos filhos das mães que receberam uma educação. (VIL, 2006, p. 103).

Podemos notar que as mulheres são, de diversas formas, prejudicadas pela desigualdade. Seja devido à falta de escolaridade necessária para possuir um emprego bom ou por chefiarem uma família sozinhas muitas mulheres se

encontram em situação de pobreza.

Atualmente, podemos analisar que a desigualdade ainda é um problema para as mulheres. A produção de conhecimento e a instauração de uma educação formal em uma língua colonial é um dos principais geradores das desigualdades instauradas no Haiti, já que as mulheres monolíngues (falantes apenas do Kreyòl) e sem qualquer tipo de acesso à educação formal constituem o grupo de maior vulnerabilidade social, pois embora os homens também compartilhem do mesmo grau de desamparo social, eles conseguem migrar em um percentual significativamente maior do que as mulheres, seja para a República Dominicana, para os Estados Unidos ou Canadá, ao passo que as mulheres haitianas encontram muito mais dificuldades no processo migratório, pois não encontram o mesmo suporte que seus compatriotas. Isto ocorre devido à fragilidade nas redes de cooperação femininas de incentivo à imigração, na baixa exposição das mulheres à vida pública, obrigando-as à dedicação quase que exclusiva à reprodução familiar, limitando as chances de sobrevivência social fora do lar e de seu próprio país (ROSA, 2006). Atualmente a pobreza afeta mais de um terço da população da América Latina e Caribe. Cerca de 180 milhões de habitantes. O Haiti pode ser considerado um símbolo de pobreza extrema dentro da América Latina. Lá um dos maiores problemas dos últimos 10 anos é a “vulnerabilidade humana” recorrente a pobreza.

O grande peso da maternidade como âncora no espaço social soma-se ao analfabetismo como núcleo gerador de desigualdade. A falta de acesso à educação acaba dividindo a nação haitiana entre analfabetos e letrados. Enquanto a nação conseguiu produzir uma elite intelectual ativa e influente nos círculos de pensamento europeus, a mulher ainda convive com índices muito elevados de analfabetismo e com uma população monolíngue falante apenas do Kreyòl. O analfabetismo dificulta o diálogo e a comunicação dentro do próprio país. Por isso, noticiais de rádio e televisão passaram a ser transmitidas também em kreyòl. O fato é que o francês somente as pessoas escolarizadas falam, porém o kreyòl é a linguagem aprendida dentro do círculo familiar e o idioma que a maioria da população conhece. (ROSA, 2006)

Além da língua e analfabetismo, a desigualdade foi construída com noções de raça e cor e disseminadas a partir de construtos ocidentais. Esses construtos desvalorizam as identidades e grupos não brancos. Tais grupos sofrem

discriminação dentro de várias esferas como escola, trabalho e ascensão social. Para entender a construção da desigualdade no Haiti é necessário observar a composição, ideologias, interesses e grau de organicidade das elites com os demais setores da nação. (ROSA, 2006)

As visões que as pessoas têm é de negros bárbaros e isso é algo que foi disseminado à partir de ideias europeias. Tal fato fez que a visão do Haiti e do povo haitiano fosse construída à partir da selvageria e da barbaria como uma ideia de raça. O colonialismo haitiano contemporâneo tem seus principais guardiões a figura dos executivos de bancos e de organismos internacionais que reproduzem as relações de poder.

A desigualdade, que era entre brancos e negros, do período colonial deu lugar a uma desigualdade com um construto complexo entre categorias de cor (mulatos e negros), desigualdade de gênero (as mulheres só foram reconhecidas como iguais na Constituição de 1986), francofonia acentuada em detrimento do kreyòl (idioma falado por mais de 90% da população e também só reconhecido como segundo idioma oficial em 1986) e formação de uma elite política persecutória baseada em grupos de cor, predominantemente masculina e francófona. (ROSA, 2006)

Por ser o “país mais pobre das Américas” as chances reais de ascensão social estão localizadas fora da nação. A reprodução da desigualdade incide com muita ênfase nos grupos mais aptos à migração e nas escolhas das rotas migratórias. A conclusão que podemos obter com essas informações é que no decorrer do tempo, entre a análise de Bouchoreau e atualmente, a situação da mulher não obteve melhorias. Elas ainda são subordinadas aos homens e continuam sofrendo com as desigualdades social e econômicas do país. Por isso torna-se importante analisar a situação destas em relação à maternidade no processo migratório.

### 3 O PROJETO MIGRATÓRIO HAITIANO E OS CONDICIONAMENTOS LEGAIS

Apesar de a imigração ter tido seu auge durante os períodos de colonização e de guerras, o processo migratório haitiano é contínuo. Seja para dentro ou para fora de seus territórios, eles migram em busca de melhores perspectivas e condições de vida.

Como já dito anteriormente houveram quatro fluxos migratórios de haitianos para fora do país e não apenas o que aconteceu após o terremoto de janeiro de 2010. O primeiro acontecendo durante o período entre 1915 e 1934, com haitiano migrando para Cuba em busca de trabalho nas plantações de cana. O segundo acontecendo na década de 1950 quando o inglês tornou-se obrigatório dentro do sistema de ensino e os Estados Unidos passaram a ser visto como uma oportunidade de migração. O terceiro tendo início na primeira metade da década de 1990 e ocorreu devido ao golpe de Estado e a deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide. O quarto fluxo de migração teve início a partir de 2010, devido às consequências do terremoto.

Alguns dados mostram as formas que os haitianos e haitianas entraram em território brasileiro. Considerando dados de Rosana Baeninger e Roberta Peres (2017) em relação ao aumento do fluxo migratório haitiano para o Brasil:

Entre 2010 e 2015, foi registrada pelo Sincro<sup>7</sup> a entrada, no Brasil, de 28.866 imigrantes haitianos e haitianas já com visto permanente no país. Quando se consideram os dados do STI (excluindo turistas e tripulação), que englobam também os registros de solicitantes de refúgio, o volume de entradas de haitianos e haitianas, para o mesmo período, passa a ser de 85.079 imigrantes (dentre os quais já constam os registros do Sincro), sendo que 44.361 imigrantes foram registrados em postos de controle de fronteiras terrestres, correspondendo a 52% da imigração haitiana no país, entre 2010 e 2015. (BAENINGER; PERES, 2017, p. 128).

A quantidade de haitianos que entrou no Brasil desde 2010 varia entre os sexos. Registros apontam que o número total de imigrantes homens registrados é maior do que mulheres.

---

<sup>7</sup> Em outro trecho da análise, as autoras mostram onde se encontram as bases de dados: “No Brasil tem sido possível explorar os dados de entradas e saídas de estrangeiros pelos postos de controle do Departamento da Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública – Sistema de Cadastro de Registros de Estrangeiros (Sincro) e Sistema de Tráfego Internacional (STI) –, bem como os registros de autorização de trabalho a estrangeiros concedidos pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho.” (BAENINGER E PERES, 2017, p. 126).

O total de entradas de homens haitianos (62.944 imigrantes), 54% ingressaram pelas fronteiras e, portanto, como solicitantes de refúgio. O total do movimento de entradas e saídas nas áreas de fronteira brasileira, de acordo com o STI, correspondeu a um volume de 10.148 mulheres haitianas (22% do total das entradas pela fronteira) e 34.213 homens haitianos, entre 2010 e 2015, considerando-se os postos de controle nas fronteiras e os postos da receita federal em estados de fronteira. Há uma predominância da entrada das mulheres haitianas por aeroportos, com 11.974 do total de 22.135 haitianas; ou seja, 54,1% do total das haitianas que entraram no Brasil já apresentavam o visto permanente. (BAENINGER; PERES, 2017, p. 129).

O grande fluxo migratório haitiano em direção ao Brasil que ocorreu a partir de 2010 fez o número de haitianos aumentar bastante entre 2011 e 2014. Como vimos, questões culturais e econômicas permeiam os motivos da partida do Haiti. Mas além desses motivos existem problemas de segurança pública e a instabilidade política que também influenciam o projeto migratório. Fatos como a destituição do presidente do Haiti, a coordenação brasileira da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o “visto humanitário” concedido pelo governo brasileiro, a possibilidade de migrar para Argentina ou Chile a partir do Brasil, unidos à falta de possibilidades de emigração para a França, Estados Unidos e Canadá, tornaram o Brasil a melhor escolha. A falta de trabalho e de perspectivas futuras é a principal causa do êxodo haitiano para o Brasil e o terremoto acabou sendo importante ou decisivo no momento da migração, mas não o único motivo. Até mesmo pelo fato de o terremoto não ter atingido todo o país e nem com a mesma intensidade.

Embora a busca de melhores condições de vida seja uma constante nos diferentes processos migratórios, a particularidade haitiana encontra-se no fato de que, para grande parte da população, o projeto migratório faz parte da cultura, dos processos de socialização, planejamento e investimentos familiares. Como já dito anteriormente, o país sofre as consequências de lutas por poder e catástrofes naturais. Devido a isso sua população fica vulnerável à pobreza extrema e, com isso, a falta de oportunidades de emprego e ascensão social faz com que o povo haitiano tenha o projeto migratório como projeto de vida. Por certo, esse projeto é construído e acessado de forma desigual entre homens e mulheres.

O Brasil tornou-se destinos preferidos para os haitianos devido a motivos, como a relativa facilidade em adquirir o visto humanitário, a imagem de país próspero e de oportunidades, imagens divulgadas pela mídia e reforçadas com a

presença de militares brasileiros no Haiti devido à participação do governo brasileiro na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) e também o convite do ex-presidente Lula aos haitianos para emigrar para o Brasil logo após o terremoto. (MEJÍA, 2015)

A imagem de país acolhedor tende a acabar a partir do momento em que os haitianos passam a morar no Brasil, pois estes começam a conviver com o racismo, a xenofobia e, também, com as dificuldades de conseguir emprego onde possam desenvolver as habilidades e conhecimentos profissionais. Outro motivo de frustração acaba sendo a dificuldade de conseguir vagas em Universidades para realizar cursos de ensino superior, pois o projeto migratório envolve interesses econômicos e também educacionais. Os migrantes querem trabalhar e também estudar, isso devido ao fato de no Haiti o acesso ao ensino superior ser difícil, pois o preço para estudar em uma Universidade lá é alto e as vagas são limitadas. (MEJÍA, 2015)

O fluxo migratório haitiano para o Brasil, que teve início no final de 2010, teve destaque, primeiramente, por ter origem na região do Caribe, onde com exceção de Cuba, havia pouca ou nenhuma migração anterior para o Brasil. O segundo fato que ganhou destaque foram as peculiaridades do processo de entrada no país e o fato de, devido ao grande fluxo, o governo brasileiro precisar criar medidas de respostas rápidas para resolver problemas como vistos, abrigos, etc. Foi a partir de 2010 que grupos de haitianos começaram a entrar no Brasil pela fronteira norte. Com o passar do tempo o fluxo aumentou e no final de 2011 havia registros de mais de quatro mil haitianos no país. Com o passar dos anos esse número só cresceu. (FERNANDES; FARIA, 2017)

Culturalmente os indivíduos sonham em ser diáspora<sup>8</sup>. Eles sonham com isso pela oportunidade de conseguir proporcionar melhores condições aos familiares com a mobilidade. Essa mobilidade dos haitianos se constitui através das redes de relações familiares, amizades, solidariedade e *raketè*<sup>9</sup>. O *raketè seria um indivíduo que agencia a viagem, por vezes, tratando-se de um familiar, amigo ou desconhecido. O termo Raketè seria mais usado para acusação e seu uso no Haiti*

<sup>8</sup> Nos Estados Unidos a expressão diáspora se popularizou em 1980 e era usada pelos haitianos para se diferenciar dos afro-americanos além de ser utilizado como parte do movimento popular contra a ditadura Duvalier. (HANDERSON, 2015).

<sup>9</sup> “Serve para denominar qualquer pessoa que cobra dinheiro de outra para efetuar vários tipos de transação. Geralmente, *raketè* é considerado um “esperto” que usa vários mecanismos e artimanhas para lucrar na informalidade ou até indevidamente.” (HANDERSON, 2015 p. 172)

não está restrito ao campo da migração e da mobilidade (HANDERSON, 2015). Estes indivíduos faziam os imigrantes acreditarem que o Brasil não havia sido afetado pela crise econômica de 2008. Esses coiotes diziam aos imigrantes que havia insuficiência de mão de obra e que era possível conseguir emprego instantaneamente no país e, que esses empregos, podiam proporcionar salários entre U\$2.000 a U\$4.500 mensais. (FERNANDES; FARIA, 2017)

As políticas migratórias do Brasil, para atender a situações emergenciais, tiveram que ser alteradas sem ferir a legislação existente, devido à grande demanda de haitianos. Com isso, houve a criação do visto humanitário para os imigrantes, em busca de conciliar as situações de emergência com a introdução de alterações na legislação, no sentido de reconhecimento dos direitos dos imigrantes. No entanto, o governo não criou uma política migratória com bases sólidas, mas sim uma que visou o gerenciamento dessas situações de crise. (FERNANDES; FARIA, 2017)

O tratamento do imigrante é feito de forma jurídica através da Lei n. 6.815/1980, que também é conhecida como “Estatuto do Estrangeiro”. Essa lei foi formulada durante um período de exceção democrática e aprovada pelo Congresso como um projeto de salvaguarda da segurança nacional, que na época reconhecia imigrantes como ameaça. Vários artigos do Estatuto do Estrangeiro não são acolhidos pela Carta Magna, por ter sido criada antes da Constituição de 1988. Em maio de 2017, foi sancionada a nova Lei de Migração, a Lei n. 13.445/2017, para definir os direitos e os deveres do imigrante e do visitante que vem para o Brasil. Ela também administra e regulariza a entrada e a permanência de estrangeiros. Essa lei trata o migrante por uma perspectiva humanitária e não como uma ameaça à soberania nacional. (FERNANDES; FARIA, 2017)

Em maioria, os haitianos entravam no Brasil e solicitavam refúgio. Esse procedimento passou a ser padrão e os haitianos passaram a pedir refúgio como forma de garantir acesso e permanência no país, mesmo que de forma provisória<sup>10</sup>. Com isso, as solicitações de refúgio cresceram de 966 casos para 28.670 entre 2010 e 2015 segundo relatórios do Ministério da Justiça e Segurança

---

<sup>10</sup> “[...] 98% das mulheres haitianas e 97% dos homens haitianos que entraram pela fronteira estavam na condição de solicitante de refúgio. Do total da imigração haitiana na fronteira, apenas 2% já possuíam visto permanente. Ressalte-se que 1.827 imigrantes do Haiti (324 mulheres e 1.503 homens) utilizaram as fronteiras brasileiras para deixar o país, entre 2010 e 2015, revelando a inclusão do Brasil como um espaço estratégico do processo social da emigração haitiana. [...]” (BAENINGER; PERES, 2017, p. 130)

Pública (BRASIL, 2017). Entre junho de 2014 e dezembro de 2015, as solicitações foram analisadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), com um número maior que o desejado e isso resultou na retenção de muitos processos. (FERNANDES e FARIA, 2017)

As solicitações de refúgio dos haitianos tinham como motivos o terremoto de janeiro de 2010 que acabou devastando a capital do Haiti. Mas esse tipo de motivo não se enquadrava com as premissas estabelecidas por lei em convenções internacionais. Sendo assim, as solicitações eram sistematicamente recusadas, pois o Brasil segue o que foi estabelecido na Convenção de Genebra de 1951, no Protocolo de 1967 e na Convenção de Cartagena de 1984. De acordo com a legislação do Brasil, serão reconhecidos como refugiados os indivíduos que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, Art. 1, Lei n. 9.474, 1997).

Ou seja, refugiados são indivíduos que fogem de seu país por situações de conflitos armados ou por sofrerem algum tipo de perseguição pessoal, seja por “raça, religião, nacionalidade, grupos sociais ou opinião política”. Uma vez reconhecida a condição de refúgio, esse indivíduo passa a ser protegido pelo Estado acolhedor, a ACNUR<sup>11</sup> e outras organizações internacionais.

No entanto, a América Latina expande a definição de refugiado, da Convenção de 1951, com a Declaração de Cartagena de 1984. Segundo a Declaração:

[...] a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (OEA, 1984).

---

<sup>11</sup> O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), conhecido como a Agência da ONU para Refugiados, tem o mandato de dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas. Site: <http://www.acnur.org/portugues/>

Atualmente há três órgãos do governo federal que tratam dos casos de imigração internacional no Brasil. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que, por meio do CNIg e da Coordenação Geral de Migração, autoriza a expedição de vistos para trabalhadores estrangeiros, a alteração de *status* migratório e a autorização de permanência no território para os que solicitam maior período de permanência. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) que é responsável, através da Polícia Federal, pelo registro dos estrangeiros dentro do território brasileiro e também aplica penalidades previstas em lei. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) que atua na concessão de vistos através dos consulados brasileiros. (FERNANDES; FARIA, 2017)

Após o trajeto até a fronteira, os haitianos enfrentavam o processo de regularização da situação migratória. Por não possuírem um documento que lhes permitia entrar em território nacional, como visto de turista ou de trabalho, estes migrantes solicitavam refúgio à autoridade migratória das cidades fronteiriças. A abertura de tal processo emitia um protocolo que funcionava como uma carteira provisória de estrangeiro e tinha validade de um ano, sendo prorrogável pelo mesmo período de forma sucessiva até a decisão do processo chegar. Com esse protocolo o estrangeiro tinha direito, previsto pela Constituição Federal, a obter Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) provisórios, no período em que a solicitação de refúgio era analisada pelo Conare. No entanto, nas cidades de fronteira os meios de processamento das solicitações eram reduzidos e poderiam demorar semanas ou até meses. (FERNANDES; FARIA, 2017)

Nas últimas décadas houve migração de mais de um quarto da população haitiana em decorrência da crise econômica, política e ambiental do país. Apenas cerca de 20% da população é empregada no Haiti, por isso, a migração para outros países tornou-se uma estratégia para tentar resolver a situação econômica do país. (FERNANDES; CASTRO, 2014)

Devido à relativa facilidade de regular a situação dos imigrantes e conseguir o visto provisório no Brasil solicitando refúgio, o fluxo migratório de haitianos para o Brasil aumentou. Com isso, o governo precisou criar um mecanismo de migração regular para permitir a entrada direta dos imigrantes haitianos no Brasil. Assim, foi em janeiro de 2012, que o Brasil passou a conceder vistos através dos consulados brasileiros no Haiti, na tentativa de organizar o fluxo migratório e evitar a

migração irregular. Os haitianos poderiam solicitar o visto no Haiti tendo passaporte em dia, residência no Haiti comprovada, atestado de bons antecedentes e pagamento de uma taxa de U\$ 200 para a emissão do visto. Seriam concedidos pelo Consulado 100 vistos por mês, no entanto, houve muita demanda e o Consulado foi obrigado a criar listas de espera de solicitação. Foi em abril de 2013 que o CNIG retirou a restrição de número máximo de vistos a serem concedidos e solicitou que o Itamaraty concedesse vistos em outras localidades, principalmente nas que faziam parte do trajeto migratório haitiano para o Brasil. Mas foi em 2015 que o governo ampliou a capacidade de emissão de vistos do Consulado brasileiro de Porto Príncipe. (FERNANDES; FARIA, 2017)

O projeto migratório acompanha a vida das famílias por diversas gerações. Esse fenômeno leva à constituição de tipos de famílias divididas entre nações. Muitas das famílias haitianas são constituídas por indivíduos diásporas. Ou seja, filhos com pais que já haviam migrado para outros países. Esse fato faz com que esses indivíduos queiram migrar também, por terem participado de certa forma do projeto migratório dos pais (HANDERSON, 2015). O projeto migratório envolve membros da família que ficam no país de origem e os que partem para outros países, pois têm como objetivo obter renda para contribuir na manutenção da família transnacional.

A pesquisa de Handerson (2015) mostra que grande parte da economia do Haiti é mantida pelas remessas da diáspora. De acordo com os dados do Fundo Multilateral de Investimento (FOMIN, a sigla em francês) ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2006, o país recebeu U\$ 1.017.000.000 dos haitianos residentes nos Estados Unidos. Do Canadá, foram U\$ 230.000.000; da França, U\$ 130.000.000 e da República Dominicana e das Bahamas U\$ 33.000.000. Em 2007, as remessas enviadas para os familiares no Haiti superaram U\$ 1.065.000.000. Esse valor representa 24% do Produto Interno Bruto (PIB) anual, embora as transferências legais observadas nesses dados não incluam envios informais. A diáspora haitiana possui um papel crucial na vida social e econômica do país. Uma relação de dependência é criada entre o país e a sua diáspora. Dados mostram que cerca um terço do orçamento da ilha acaba sendo financiado pelo dinheiro que os imigrantes enviam, chegando a representar 25% do PIB no Haiti. (HANDERON, 2015, p. 357)

A imigração haitiana acaba mudando de projeto conforme o gênero.

Enquanto para os homens é a busca por formação educacional, independência financeira e autonomia, para as mulheres é a fuga das condições de pobreza, da falta de oportunidades e, também, para poder oferecer melhores condições de vida para os filhos e demais membros da família. Porém, apesar de ter aumentado, a migração feminina para o Brasil ainda continua sendo menor que a masculina. (MEJÍA, 2015)

### 3.1 AS MULHERES E O PROJETO MIGRATÓRIO

A tendência de o homem migrar primeiro que a mulher e as crianças acaba sendo algo cultural no Haiti. Esse fato está presente nos processos de socialização da sociedade haitiana e, por isso, o homem migra primeiro e posteriormente, quando possível, o restante dos membros da família para haver uma reunificação familiar. A ida dos homens para outros países força as mulheres a assumirem o comando dos lares e ficarem responsáveis por manter a economia familiar. Com isso, elas são obrigadas a manter a família economicamente, criar os filhos e, ainda, sofrem maior risco de violência doméstica ou sexual. (ARAÚJO, 2015)

O aumento do fluxo de mulheres haitianas para o Brasil nos últimos anos, pode demonstrar, além do processo de reunificação familiar, que as mulheres estão buscando a migração de forma tardia. Segundo Baeninger e Peres (2017, p. 133):

Entre 2010 e 2015, os imigrantes haitianos com visto permanente que entraram no país corresponderam a 20.251 homens e 8.444 mulheres, ou seja, os homens responderam por 70% da imigração, de acordo com os dados do Sincre. Embora no período analisado os volumes de entrada de homens haitianos superem os de mulheres, os anos recentes revelam o aumento da entrada de haitianas, indicando a possível estratégia da migração tardia das mulheres e não apenas a reunião familiar. De fato, entre 2014 e 2015 houve expressiva alteração na composição por sexo neste fluxo migratório vindo do Haiti com visto permanente: os registros de entrada do Sincre para os homens haitianos no Brasil diminuíram de 6.337 para 5.541, enquanto os de mulheres haitianas ampliaram-se de 2.590 para 3.728, no mesmo período.

O fato é que, ao que tudo indica, somente quando o “projeto migratório masculino” não obtém sucesso é que ocorre investimento no “projeto migratório feminino”. Este projeto, muitas vezes, não inclui filhos, que ficam no Haiti

enquanto os pais vão para outros países. Assim, as mulheres acabam sendo novamente colocadas em situação de inferioridade ao serem preteridas no projeto migratório e, além disso, devem arcar com a estrutura econômica e familiar que é ainda mais fragilizada com a ausência do homem/pai que emigrou.

No Haiti, quando o objetivo é a migração das mulheres, os pais, irmãos, maridos ou companheiros fazem parte da decisão de migrar. Estes reúnem dinheiro para financiar a viagem da mulher e a expectativa é que, ao se instalar no país de destino, estas mulheres enviem dinheiro para o sustento da família que ficou no Haiti, pois, em geral, o imigrante deixa familiares que dependem, em alguma medida, de seu trabalho para o sustento. Além do dinheiro os familiares esperam que o migrante solicite visto para os demais membros da família e, assim, mande buscar alguns familiares próximos. Apesar de residir fora do Haiti, o imigrante mantém uma relação forte com sua família que ficou no país de origem, essa relação vai além do envio com remessas de dinheiro, objetos ou construção de casas. Handerson (2015) destaca que é uma espécie de dever moral o “mandar buscar” (*voye chèche*) ou ajudar a “entrar” (*antre*) alguns dos familiares mais próximos, principalmente os filhos. Além de ajudar a conseguir visto permanente brasileiro (pois, atualmente a embaixada brasileira no Haiti concede apenas visto para reunificação familiar) as mulheres contribuem também para valorização da família e da honra diante dos conhecidos e amigos no Haiti. (HANDERSON, 2015)

Segundo dados, com base em informações do Ministério de Trabalho (MT), do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e do Ministério de Relações Exteriores (MRE), a imigração de haitianas para o Brasil aumentou entre 2011 e 2013 chegando a representar cerca de 30% da população haitiana. (MEJÍA, 2015)

Seja para o reagrupamento familiar ou como autônomas as mulheres migram hoje mais do que no passado. O reagrupamento familiar é ainda o motivo principal da migração feminina. Contudo, cada vez mais mulheres migram sozinhas, demonstrando a relevância de projetos migratórios independentes da reunificação familiar. Para Ramos (2014), a feminização das migrações está associada a problemas como as dificuldades de encontrar emprego, pobreza, pouco acesso à educação, saúde e redes de informação, falta de autonomia e vulnerabilidade à violência, que afetam as mulheres em geral.

As mulheres haitianas imigrantes que estão no Brasil se enquadram

em pelo menos quatro situações diferentes em relação ao projeto migratório: a primeira são as mulheres que migraram junto com os maridos; a segunda são as que migraram após um período de separação dos maridos que quando se estabelecem no Brasil poupam dinheiro para financiar a viagem das companheiras; em terceiro estão as mulheres que migram sozinhas e deixam marido no Haiti; em quarto são as solteiras ou divorciadas que chegam sozinhas. As mulheres que chegam ao Brasil para encontrar seus maridos conseguem visto para reunificação familiar concedido pela embaixada brasileira no Haiti. Segundo dados do MRE, 16,1% dos vistos femininos correspondem a essa categoria (MEJÍA, 2015). Entre passagens, passaporte e visto, as despesas individuais da migração podem chegar a 4 mil dólares americanos.

É fato que muitos dos imigrantes buscam estar em outros países para conseguir melhores empregos para que possam enviar dinheiro para os familiares que ficaram no Haiti e para se manterem no país acolhedor. Mas o projeto migratório torna-se essencialmente familiar – e não individual – devido à participação das mulheres (MEJÍA, 2015). Grande parte das mulheres busca a migração como um projeto familiar. Assim, numa perspectiva de gênero, o projeto migratório representa interesses familiares tanto para essas mulheres como para os filhos que ficam no Haiti.

A maior parte dessas mulheres migrantes deixa um ou mais filhos no Haiti aos cuidados de familiares próximos por falta de condições financeiras para trazê-los. Apesar de o projeto migratório visar melhorias na vida das crianças, essas acabam sofrendo grande carga emocional por ficarem por longos períodos distantes dos pais. O objetivo dessas mulheres que deixaram seus filhos no Haiti é primeiramente conseguir emprego para manter essas crianças no país, ajudar os membros da família que ficaram responsáveis pelo cuidado das crianças e garantir o sustento no Brasil para em um segundo momento poder poupar dinheiro para trazer seus filhos para junto delas. Com isso, o fato de o dinheiro que ganham no Brasil ser insuficiente para o sustento no local de acolhida e o envio de remessas para o Haiti, essas mulheres acabam frustradas. Maior ainda é a frustração das que não conseguem emprego, pois o envio de remessas, para elas, é um meio de manter o vínculo com a família transnacional (MEJÍA, 2015). Além disso, a frustração também reside no fato de que “ser diáspora” implica ser uma pessoa bem-sucedida economicamente, do ponto de vista dos que saem e dos que ficam. (HANDERSON,

2015)

A cultura haitiana faz com que o fato de estar empregada não anula as obrigações morais e culturais da mulher para com a casa. Pois, nas casas haitianas as meninas são preparadas para a vida doméstica e os afazeres domésticos são considerados femininos e não masculinos. Desta maneira, ocorre um acúmulo de funções na vida das mulheres, que além de trabalharem fora precisam cozinhar, lavar, passar, fazer compras e cuidar dos filhos. Na falta do homem como provedor o lar é chefiado por mulheres.

Não existem cobranças em relação às responsabilidades masculinas e, com isso, muitas mulheres são abandonadas com os filhos por homens que partem para o exterior, ou mesmo, que optam por assumir outra família. Assim, as mulheres acabam tendo vários filhos de pais diferentes. Essa situação pode ser resultado de dois fatores que ocorrem principalmente nas camadas mais populares: a primeira é o abandono paterno e a segunda é a chamada “monogamia em série”. A monogamia em série é um ciclo onde a mulher é abandonada com filhos pequenos e se une a outro homem, em uma relação monogâmica, para criar seus filhos. Desse segundo relacionamento essas mulheres têm outros filhos e, muitas vezes, podem ser abandonadas por esse segundo homem indo em busca de um terceiro homem para recomeçar o processo (DESROSIERS e SEGUY, 2011). Esses dados demonstram que o ideal de reunificação familiar nos processos migratórios pode ser contaminado pelas estruturas de reprodução das desigualdades de gênero na origem.

#### 4 A MATERNIDADE LÁ E CÁ

Com o passar do tempo, as migrações internacionais passaram a ter uma representatividade maior no número de mulheres que decidiram migrar para outros países. Segundo Ramos (2014) esse processo é caracterizado de “feminização” das migrações. Como dito anteriormente, muitos fatores podem levar essas mulheres a migrar e elas podem migrar sozinhas ou acompanhadas, mas sempre com o mesmo objetivo, buscar melhores condições de vida em outro país.

Mesmo que vivenciando situações instáveis no país de destino essas mulheres buscam construir família e, de certa forma, firmar vínculos no novo país. Nesse capítulo analisamos como a maternidade relaciona-se ao posicionamento social das mulheres haitianas no processo migratório, considerando as posições na origem descritas nos capítulos anteriores.

Para a pesquisa foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com haitianas habitantes da cidade de Cambé, Paraná. Em maioria, as entrevistadas são moradoras do Jardim Santo Amaro, pois alguns bairros possuem maior concentração de imigrantes haitianos do que outros<sup>12</sup>. Outro bairro que possui grande concentração de imigrantes em Cambé é o Jardim Ana Rosa, por localizar-se próximo à parte mais industrial da cidade. Nesses dois bairros de maior concentração, a Pastoral do Imigrante e a Caritas Arquidiocesana organizam um ensino de língua para imigrantes<sup>13</sup>. Algumas das entrevistas foram realizadas no local onde acontecem as aulas e durante um encontro de convivência realizado pelos responsáveis da Pastoral. As aulas são realizadas na Escola Symphoriano Kopf, onde também foi realizado um chamado “encontro de convivência”<sup>14</sup>. Outras entrevistas ocorreram em locais públicos.

Um fato interessante é que antes de conceder as respostas as mulheres perguntavam sobre a quantidade de perguntas, se seria uma entrevista extensa e se seria gravado, pois, se fosse gravado, elas não aceitariam.

<sup>12</sup> Segundo relatos de integrantes da Pastoral do Imigrante e da Caritas Arquidiocesana, os bairros da região central são os com menos concentração de imigrantes, havendo maior concentração em bairros periféricos, de Cambé, e bairros mais próximos à Londrina.

<sup>13</sup> Ver Site da Pastoral do Migrante de Londrina com divulgação de eventos e trabalhos sociais realizados por eles: <http://arquidioceselondrina.com.br/>

<sup>14</sup> É possível acessar fotos dos encontros de convivência, inclusive do qual foi participante a autora no Jardim Santo Amaro - Cambé: <https://www.flickr.com/photos/98144784@N05/sets/72157690515896764/with/39130827622/>

Fotografia 1 - Encontro de convivência Jardim Santo Amaro, Cambé – 2017



FONTE: Pastoral Arquidiocesana, 2017.

Em relação às questões, foram feitas 25 perguntas sendo 13 de respostas abertas, incluindo perguntas como nome, idade, escolaridade e emprego e as demais perguntas de resposta fechada, incluindo perguntas sobre filhos, sobre a vinda para o Brasil, etc. Como uma medida de proteção para essas mulheres, elas serão tratadas como “Entrevistadas” de 1 à 10, preservando assim seus nomes e endereços. Como não será divulgado o nome das entrevistadas, será feita uma análise das respostas de cada uma.

### **Entrevistada 1**

Essa mulher tem 35 anos, não chegou a concluir ensino secundário haitiano e está no Brasil há 5 meses, vindo após um período de afastamento do marido. No Haiti trabalhava como comerciante, porém no Brasil está desempregada. Quando questionada sobre como está sendo sua experiência migratória e o que ela acha do Brasil, disse que apesar de gostar do país, por estar aqui há pouco tempo, é difícil conseguir emprego. Isso acaba dificultando o processo, pois a falta de emprego impede de mandar remessas ao Haiti para ajudar a manter os dois filhos

que ficaram lá aos cuidados de familiares. Além de ser difícil mandar remessas ela considera difícil conquistar objetivos e conseguir o necessário para a estadia aqui no Brasil, como roupas, calçados, mantimentos e boa moradia.

Dos dois filhos que ela deixou no Haiti um deles estava com 11 anos e o outro com 7 anos de idade. Quando perguntada sobre o que achava de ter filho no Brasil, ela disse que considera difícil, pois se trouxesse seus filhos, talvez ela não tivesse condições de mantê-los. Além disso, ela não considera a ideia de ter filhos que sejam brasileiros, devido ao problema com a falta de emprego e, assim, falta de condições financeiras para o suporte que uma criança necessita. Para ter um filho no Brasil, segundo ela, em primeiro lugar é preciso de um bom emprego para poder trazer seus filhos que estão no Haiti e se manter aqui de forma que não passe necessidades. Por isso, ela considera que ter um filho no Brasil é diferente de ter um filho no Haiti, pois lá ela conta com apoio de familiares para cuidar das crianças quando necessário e aqui isso não acontece.

Essa entrevistada possui conhecimento de métodos contraceptivos e faz uso deles.

Para ela, um novo projeto migratório para outro país é inviável. Considera que se for sair do Brasil seria somente para voltar para o Haiti e, voltando para o Haiti, não retornaria para o Brasil.

## **Entrevistada 2**

Com 25 anos é a mais nova dentre as entrevistadas. Ela não chegou a concluir o ensino básico haitiano e está no Brasil há 6 meses. No Haiti trabalhava como comerciante, porém aqui no Brasil está desempregada. Ao ser questionada sobre a sua opinião em relação ao Brasil ela foi direta e disse apenas que “achava bom”.

Ela veio após um período de afastamento de seu marido e trouxe consigo seus dois filhos, um com 7 anos e o outro com 2 anos de idade. Por causa destes filhos, ela não pretende ter outro filho no Brasil, pois considera difícil criar os que vieram com ela do Haiti e não seria viável ter outro filho para enfrentar mais dificuldades. O fato de não conseguir um emprego no Brasil, segundo ela, dificulta a criação de seus filhos e, por isso, ela considera ser mais fácil ter filhos no Haiti do que aqui.

Reconheceu ter conhecimentos de métodos contraceptivos e fazer uso deles.

Essa mulher não pretende migrar para outro país, apenas se for em retorno ao Haiti. E disse também que se chegar a voltar para o Haiti não pretende vir novamente para o Brasil.

### **Entrevistada 3**

Tem 32 anos, não chegou a concluir o ensino secundário haitiano e estava no Brasil há dois meses no momento da entrevista. No Haiti trabalhava com comércio, mas aqui no Brasil estava desempregada.

Quando perguntada sobre o que estava achando do Brasil ela disse que, por estar no país há pouco tempo, ainda não tinha uma opinião formada em relação ao que achar do país, pois, devido ao pouco tempo de estadia ainda não sabia como “funcionava” o país e as leis, por isso, não poderia concluir se o Brasil era bom ou ruim para os imigrantes haitianos ainda.

Veio ao Brasil após um período de afastamento do marido e trouxe consigo os dois filhos um de 2 anos e outro de 6 anos de idade. Em relação à questão de ter filhos no Brasil disse que, se chegasse a ter algum, poderia ficar no país, pois um filho brasileiro ajudaria a obter o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), que até então ela não possuía.

Ela possuía conhecimento de métodos contraceptivos e fazia uso dos mesmos.

Em relação a questão de migrar para outro país, disse que somente seria para retornar para o Haiti e que, se voltasse, não tinha pretensões de retornar ao Brasil em uma outra ocasião.

### **Entrevistada 4**

Tem 36 anos, ensino básico haitiano completo e estava no Brasil há dois anos até o momento da pesquisa. No Haiti ela trabalhava com comércio, mas no Brasil estava desempregada.

Ao ser perguntada sobre o que achava da vinda para o Brasil disse que apesar de o país ser maior do que o Haiti ele não possui condições de trabalho.

Além de não possuir essas condições, o sistema de saúde não trata o migrante com o devido respeito que qualquer cidadão merece. As argumentações dela foram em relação ao mau funcionamento do sistema de saúde pública brasileiro. Em seu relato ela disse que, necessitou de atendimento durante sua gravidez, mas não foi bem tratada em nenhum dos hospitais, deu como exemplo a Santa Casa de Misericórdia de Cambé, o Pronto Atendimento 24 Horas ou e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). As reclamações foram em relação ao mau funcionamento do SAMU e que, mesmo ela estando grávida, não recebia o devido atendimento médico que necessitava durante as consultas.

Essa mulher veio para o Brasil após um período de afastamento do marido e deixou dois filhos no Haiti, um com 18 anos e outro com 9 anos de idade. Seu terceiro filho nasceu no Brasil e, até o momento da pesquisa, estava com 1 ano e 3 meses. Ela estava no país há 7 meses quando a criança nasceu.

Em relação a ter e criar um filho no Brasil, disse considerar melhor ter um filho no Haiti, pois o Sistema de Saúde brasileiro não corresponde as demandas e não atende de forma correta os migrantes, mas, além disso, existem as dificuldades financeiras causadas pela falta de emprego e a necessidade enviar remessas para o Haiti, para os filhos que lá ficaram, e manter o sustento da casa de do filho aqui.

Ela não possuía conhecimentos de métodos contraceptivos e conseqüentemente não fazia uso dos mesmos.

Quando perguntada se pretendia migrar novamente para outro país, ela disse que dependia do marido decidir e se a decisão dele fosse migrar novamente ela iria com ele. Mas não voltaria para o Brasil, em algum outro momento, se fosse para outro país. Apesar disso o que ela queria mesmo era voltar para o Haiti.

## **Entrevistada 5**

Tem 42 anos, não chegou a concluir o ensino secundário haitiano e, até o momento da pesquisa, estava no Brasil há 2 anos e 7 meses. No Haiti seu trabalho era com o comércio e aqui estava desempregada. Neste momento da entrevista ela relatou que, ao chegar no Brasil, trabalhou em uma lavanderia por cerca de 1 ano e 6 meses, mas, apesar de possuir o Registro Nacional de

Estrangeiro (RNE) e ter os mesmos direitos que os brasileiros, não recebia corretamente o que está previsto nas leis trabalhistas, como décimo terceiro salário, férias, horas extras, etc. Além disso, relatou também que ao entrar com processo contra os proprietários da empresa se sentiu prejudicada pela justiça, pois os proprietários alegaram não possuir o dinheiro para ressarcir-la e, segundo ela, simplesmente pareceu ficar “por isso mesmo”.

Ela relatou que, assim como a Entrevistada 4, também já sofreu com descasos dentro das instituições de saúde brasileiras. Ela lembrou que certa vez foi em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) pois estava com passando mal, com a pressão alterada, precisando ser medicada e de atestado médico para apresentar no trabalho, mas, segundo ela, o médico se recusou a conceder o atestado e a mandou voltar para o trabalho mesmo com ela sem condições físicas para isso. Segundo ela isso foi uma forma de preconceito e descaso com os imigrantes que, segundo a lei, deveriam ter os mesmos direitos à cidadania que os brasileiros.

Veio para o Brasil solteira e acompanhada de uma irmã (Entrevistada 6) e um irmão. No Haiti ela deixou um filho de 9 anos e quando questionada sobre o que pensava de ter outro filho aqui disse que a situação de falta de emprego que gera dificuldades financeiras, que já era complicada, acabaria ficando pior. Com isso, para ela, criar um filho no Haiti é diferente e mais fácil, pois lá conseguiria trabalhar no comércio.

Em relação aos métodos contraceptivos ela tem conhecimento, mas não os utiliza.

Não tem intenção de migrar para outro país, para ela, se for para sair do Brasil seria somente para voltar ao Haiti e, voltando para lá, não pretende retornar ao Brasil, nem em um outro projeto migratório.

## **Entrevistada 6**

Tem 32 anos, ensino superior completo em seu país e está no Brasil há 2 anos e 7 meses. É irmã da Entrevistada 5 e vieram junto de mais um irmão para o Brasil. No Haiti trabalhava em um hospital, ao qual ela se referiu como um bom emprego, porém aqui no Brasil, apesar de não estar desempregada como as demais entrevistadas, trabalha em um frigorífero e, devido às condições de trabalho que podem ser consideradas insalubres, esse seria um “emprego ruim”.

De todas as mulheres entrevistadas foi a que mais interagiu durante as entrevistas. Seu conhecimento da língua portuguesa foi um dos motivos para isso, pois as demais mulheres não tinham muito domínio do idioma. Ela também auxiliou com a tradução das perguntas e respostas na entrevista das demais mulheres.

Quando perguntada sobre o que pensava do Brasil e como foi o processo ela relatou que sua intenção não era vir para o Brasil, mas como havia muita influência externa acabou decidindo pela migração. Ela conta que havia propagandas transmitidas na televisão sobre o Brasil e isso acabou influenciando em sua decisão de migrar para cá. Mas, o Brasil acabou não sendo o que esperava, pois no Haiti ela tinha um emprego bom e trabalhava na sua área de formação superior e aqui no Brasil trabalha em um emprego ruim e não conseguiu revalidar seu diploma. Além disso, ela considera os brasileiros insensíveis por não respeitarem os imigrantes igualmente às demais pessoas.

Apesar de não ter filhos e não ser casada, segundo ela, independentemente do país, ter filhos é algo complicado e ela não teria um filho no Brasil, pois considera um país ruim para imigrantes e passaria dificuldades. Quando perguntada se tinha conhecimento de métodos contraceptivos ela disse que tinha conhecimento, mas não fazia uso destes.

Assim como sua irmã (Entrevistada 5) migrar novamente somente se fosse para voltar ao Haiti e, se voltasse, não pretendia vir ao Brasil em um outro projeto migratório.

## **Entrevistada 7**

Tem 31 anos, ensino secundário haitiano completo e, até o momento da pesquisa, estava no Brasil há 1 ano e 2 meses. No Haiti trabalhava como comerciante, mas aqui no Brasil está desempregada. Quando perguntada sobre o que achava do Brasil e como foi o processo migratório, o desemprego acabou sendo um dos motivos de acreditar que no Brasil tudo é difícil de conquistar.

Ela veio após um período de afastamento do marido e trouxe consigo um filho de 6 anos. Aqui no Brasil teve mais um filho que está com quase 1 ano de idade. Em relação ao cuidado dos filhos e ter um filho no Brasil, ela disse ser mais complicado que no Haiti, pois a falta de emprego gera uma situação de

dificuldade financeira. Além disso, a falta de apoio familiar para cuidar dos filhos pequenos torna-se um problema na hora de procurar emprego.

Essa mulher possui conhecimentos de métodos contraceptivos, mas declarou não fazer uso dos mesmos.

Quando perguntada se pretendia mudar para outro país ela disse que não tinha intenções de um novo projeto migratório, apenas se fosse um de retorno ao Haiti e, se retornasse, não voltaria ao Brasil em um outro momento.

### **Entrevistada 8**

Tem 31 anos, ensino básico haitiano completo e está no Brasil há 1 ano e 5 meses. No Haiti trabalhava com comércio, mas aqui no Brasil está desempregada. Em relação a seu pensamento sobre o Brasil relatou que é difícil conseguir emprego e criar os filhos.

Veio para o Brasil após um período de afastamento do marido e trouxe consigo dois filhos, um com 9 anos e outro com 7 anos de idade. Aqui no Brasil teve mais um filho que estava com menos de 1 ano de idade. Segundo ela, é difícil cuidar dos filhos aqui, pois se conseguisse um emprego não teria com quem cuidasse dos menores. Outro problema é o sistema de saúde pública brasileiro que deixa a desejar, por esses motivos o Brasil acaba sendo diferente do Haiti onde seria mais fácil para criar os filhos.

Ela não possui conhecimento de métodos contraceptivos e, conseqüentemente, não faz uso dos mesmos.

Em relação a migrar novamente para outro país disse não pretender no momento, apenas se for para voltar ao Haiti e, se voltar para o Haiti, não quer vir para o Brasil novamente.

### **Entrevistada 9**

Tem 30 anos, ensino secundário haitiano incompleto e está no Brasil há 7 meses. No Haiti trabalhava com comércio, mas aqui está desempregada. O desemprego acabou sendo um dos indicadores para a má impressão do país. Quando perguntada sobre o que achava do Brasil disse ser muito difícil de conseguir emprego, com isso, acaba sendo difícil também enviar remessas para o Haiti.

Essa mulher veio para cá após um período de afastamento do marido e deixou no Haiti um filho de 5 anos de idade. Ela disse que o Haiti é diferente do Brasil, pois é mais fácil criar um filho no seu país de origem. As dificuldades em criar filhos no Brasil acabou sendo um dos motivos de não pretender ter outro filho aqui, mesmo facilitando a estadia no país. Apesar de não pretender ter filhos aqui ela disse que não sabia como seria criar um filho no Brasil.

Ela possui conhecimento de métodos contraceptivos e faz uso dos mesmos e, sobre pretender migrar novamente para outro país, disse que não tem pretensões, apenas de retornar ao Haiti.

### **Entrevistada 10**

Tem 35 anos, ensino básico haitiano completo e está no Brasil há 1 ano e 9 meses. No Haiti trabalhava com comercio e aqui no Brasil está trabalhando como doméstica. Apesar de o Brasil ser diferente do que ela pensava, acredita ser um bom país.

Essa mulher veio para cá após um período de afastamento do marido e trouxe consigo dois filhos um com 8 anos e outro com 5 anos. Aqui no Brasil ela teve mais um filho que está com pouco menos de 1 ano. Quando perguntada sobre o que pensava em relação a ter filhos aqui disse que era difícil, mas estava conseguindo fazer dar certo. Para ela, o que difere o Brasil do Haiti é o fato de que aqui ela não conta com o apoio da família na hora de cuidar dos filhos.

Ela não possui conhecimento de métodos contraceptivos e, conseqüentemente, não faz uso dos mesmos.

Em relação a um novo projeto migratório, disse que pretende migrar para outro país se o marido quiser e se souber que as condições de vida serão melhores do que no Haiti ou aqui. Mas, se migrar para outro país não pensa em voltar para o Brasil.

#### **4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Com base nas informações coletadas com as entrevistas pode-se notar alguns pontos importantes em relação a opiniões e experiências dessas mulheres dentro dessa nova estrutura social que elas se encontram.

A primeira informação que pode ficar visível é a faixa etária que dessas mulheres. A média de idade das 10 entrevistadas é de 33 anos. Apenas a Entrevistada 2 e a Entrevistada 5 estão fora da faixa dos 30 anos de idade, estando com 25 e 42 anos de idade respectivamente. O fato de essas mulheres terem em torno de 30 anos mostra que o projeto migratório é algo realizado em idade mais avançada ou adulta. A falta de jovens entre os haitianos entre os migrantes talvez mostre que o processo migratório realmente só se concretize em idade adulta.

Outra observação a ser feita é em relação as mulheres que tiveram filhos no Brasil e as que deixaram ou trouxeram seus filhos do Haiti. Considerando que a Entrevistada 6 não tinha filhos podemos dizer que o número de mulheres entrevistadas que deixaram seus filhos no Haiti acabou sendo praticamente o mesmo das mulheres que trouxeram seus filhos junto consigo. Dentre as mulheres que trouxeram seus filhos para o Brasil estão a Entrevistada 2, 3, 7, 8 e 10, com exceção da Entrevistada 7, que trouxe apenas um filho, as demais mulheres trouxeram dois filhos para o Brasil. Dentre as entrevistadas que deixaram filhos no Haiti, as Entrevistadas 1 e 4 acabaram deixando dois filhos cada e as Entrevistadas 5 e 9 deixaram um filho cada em seu país de origem. Sendo a Entrevistada 4 a única que deixou seus dois filhos mais velhos no Haiti e teve outro filho no Brasil. As demais mulheres que também tiveram filhos no Brasil, Entrevistadas 7, 8 e 10, trouxeram consigo seus filhos haitianos.

Quando perguntadas sobre ter filhos no Brasil ou não. Algumas das mulheres entrevistadas disseram que não pretendem ter filhos aqui, devido a vários fatores inclusive dificuldades financeiras. Mas o fato é que a imigração complica e vulnerabiliza a situação da gravidez e maternidade para as mulheres migrantes. Para muitas mães a maternidade, longe da cultura de origem, provoca conflito no papel materno, por causa do desequilíbrio entre as representações materna e a cultura vivenciada. O nascimento de crianças em situação migratória pode favorecer distúrbios culturais e psicológicos. Esses distúrbios são fortemente ligados ao isolamento e solidão das mães e, também, à cultura do individualismo. Para as mães isso gera uma condição de sofrimento, principalmente em mulheres de meios tradicionais. (RAMOS, 2008, 2009)

A gravidez também constitui um processo iniciativo onde a mãe recebe apoio de mulheres da família e de grupos próximos. Porém, o processo migratório gera desvinculação em relação a esse apoio e, com isso, a família acaba

se tornando nuclear durante o processo migratório, onde a mulher deverá assegurar sozinha as responsabilidades que seriam partilhadas com familiares e amigos no país de origem. Essa foi uma das dificuldades apontadas pelas entrevistadas. Para elas, é difícil criar um filho longe da família, pois qualquer necessidade elas próprias precisam suprir sozinhas. Como, por exemplo, o filho que fica doente e precisa de cuidados, nesse caso a mãe precisa cuidar da criança independente de se trabalha ou não. Como se sabe, a situação de maternidade também afeta a empregabilidade. Assim, se por um lado a maternidade durante o processo migratório pode auxiliar a obtenção da RNE – conforme a fala de uma das entrevistadas – por outro lado dificulta o ingresso no mercado de trabalho.

Com exceção da Entrevistada 6, que trabalhava em um hospital, as demais entrevistadas trabalhavam com comércio no Haiti. Essa noção de "comércio" a que se referem as haitianas entrevistadas pode ter um significado diverso da atividade reconhecida no contexto brasileiro. Chamadas de *Madan Sara*, nome de um pássaro que tem hábito de buscar alimentos em longos trajetos de idas e vindas ao ninho, as mulheres comerciantes são tradicionalmente aquelas que fazem o comércio de rua de produtos agrícolas e manufaturados. Suas ocupações envolvem comprar produtos de um determinado mercado para vender em outro, seja em escala regional, nacional e, em certos casos, a circulação de mercadorias promovida por essas mulheres pode chegar aos países vizinhos<sup>15</sup>. Essa ocupação é popular no país e além de se dedicar ao comércio elas se dedicavam também a prestação de serviços. Após o terremoto, a capacidade de compra da população haitiana caiu consideravelmente e essas mulheres tiveram de deixar suas atividades de lado. Ao migrar para o Brasil, elas se depararam com uma situação de desemprego causada pela crise no mercado econômico, que já afetava os brasileiros e passou a afetar ainda mais os migrantes. A falta de preparo para exercer certas ocupações, a falta do domínio da linguagem e o fato de algumas terem filhos para cuidar dificultam o processo na hora de conseguir um emprego. Segundo relatos das próprias mulheres, as empresas não querem contratar imigrantes - se contratam, acabam pagando um salário muito baixo - e algumas acabam trabalhando no setor de prestação de serviços. Com isso, das dez mulheres entrevistadas apenas duas

---

<sup>15</sup> Para ilustração desta questão, ver, por exemplo: <http://www.haitianphotos.com/photos/woman-madan-sara-of-haiti.html> e <http://www.haitiobserver.com/blog/the-role-of-women-madan-sara-in-haitian-economy.html>

estavam empregadas, mas, apesar de terem emprego, não os consideravam bons.

Em relação à maternidade em território brasileiro, dentre as entrevistadas, algumas fizeram reclamações em relação ao sistema de saúde pública brasileiro e em relação a assistência prestada pelo município aos migrantes. Como dito anteriormente, são instituições vinculadas com a igreja, como a Pastoral do Imigrante e a Cáritas Arquidiocesana, que auxilia os migrantes. Handerson em sua tese (2015) descreve um lugar chamado Casa das Gravidas, situada em Tabatinga, que abrigava mulheres e tinha como característica um “lugar de moradia transitória e emergencial” (HANDERSON, 2015, p. 157). Nessa casa havia normas, tempo de permanência e hora para dormir. As mulheres haitianas que não estavam grávidas podiam ficar lá até 50 dias e as grávidas permaneciam durante o período da gestação e mais 90 dias depois do nascimento da criança. Na casa elas recebiam refeições e semanalmente eram constituídos grupos de duas a três pessoas para cozinhar, limpar a casa e lavar as louças. No período estudado por Handerson (Janeiro de 2012) havia 38 mulheres haitianas na casa. Elas eram divididas em três grandes quartos, com beliches de dois lugares, dois possuindo cinco beliches e o outro doze. Em cima deles ficavam as roupas e outros pertences de cada uma das mulheres. Até Janeiro de 2012, em Manaus, 18 haitianas haviam dado a luz a uma criança cada. Na casa, uma delas estava grávida de três meses, quatro estavam grávidas de quatro meses, uma estava grávida de cinco meses, uma estava grávida de sete meses e uma estava grávida de nove meses, assim, totalizando oito grávidas no alojamento. Por essa razão, a casa era denominada pelos próprios haitianos de “Casa das Gravidas”. (HANDERSON, 2015)

Essa Casa para mulheres grávidas analisada por Handerson estava localizada no município de Tabatinga (AM) e esse local não atendia apenas como alojamento, mas também possuía acompanhamento psicológico, pré-natal, etc. As profissionais da casa ajudavam no encaminhamento dos documentos como CPF, carteira de trabalho, protocolo, etc. alguns representantes de empresas ou mesmo pessoas físicas iam até lá para oferecer empregos às haitianas, geralmente no setor do serviço doméstico. (HANDERSON, 2015)

Durante a pesquisa em Cambé, não houve contato com nenhuma mulher que estava grávida, mas foi possível obter relatos de algumas mulheres cujos filhos nasceram no Brasil há pouco tempo. Além disso, várias crianças pequenas participaram do encontro de convivência realizado pela Pastoral. Algumas

mostraram conhecimento fluente da língua portuguesa e, inclusive, auxiliaram a tradução das questões da entrevista para os demais membros da comunidade haitiana que não possuíam esse conhecimento do português. A fotografia 3 mostra as crianças enquanto cantavam em português o “Parabéns pra você” a pedido dos membros da Pastoral do Imigrante.

Fotografia 2 - Encontro das crianças com o Papai Noel, Cambé - 2017



FONTE: Pastoral Arquidiocesana, 2017.

Fotografia 3 - Crianças em encontro de convivência, Cambé - 2017



FONTE: A própria autora.

Em geral, as mulheres migrantes tiveram filhos antes de migrar. Muitas deixaram esses filhos no Haiti aos cuidados de familiares próximos. Diversos são os motivos para deixarem as crianças e migrarem como falta de condições financeiras para trazê-los ou falta de condições de criá-los e trabalhar ao mesmo tempo. Apesar de o projeto migratório visar melhorias na vida das crianças, essas acabam sofrendo grande carga emocional por ficarem longos períodos distantes dos pais, causando marcas psicológicas negativas em mães e crianças (MACHADO, 2014)

Como dito anteriormente, essas mulheres que deixam seus filhos no Haiti, vêm para o Brasil junto com os maridos para poder trabalhar e complementar a renda familiar. Das mulheres entrevistadas, 4 delas deixaram filhos no Haiti (Entrevistadas 1, 4, 5 e 9). O objetivo da maioria das mulheres que deixam seus filhos no Haiti é primeiramente conseguir um emprego para conseguir o sustento no Brasil e em um segundo momento ajudar os familiares que ficaram responsáveis em cuidar das crianças que ficaram no Haiti e, conseqüentemente, também ajudar os próprios membros da família, para depois poupar dinheiro para trazer para o Brasil os filhos que lá ficaram. Porém, o fato de o dinheiro que ganham no Brasil ser insuficiente para se sustentar no local de acolhida e enviar remessas para o Haiti gera frustrações para essas mulheres.

Houve reclamações entre as mulheres entrevistadas que tiveram filhos no Brasil. Uma das reclamações mais recorrentes foi em relação as instituições de saúde pública brasileiras. Essas reclamações não foram feitas apenas por mulheres que tiveram filhos aqui, mas também por mulheres que precisaram, em algum momento, recorrer ao atendimento dessas instituições públicas. Segundo o relato de uma das entrevistadas, mesmo estando com problemas de saúde e sem condições de trabalhar, os atendentes tratam os imigrantes como “preguiçosos” e se recusam a fornecer atestados de saúde para serem apresentados no local de trabalho. Na percepção dessas mulheres os atendentes dessas instituições tratam os imigrantes com descaso e falta de profissionalismo. Vale lembrar, que em alguns postos isso acontece não apenas com migrantes, mas com os demais pacientes também estando eles a condição que estiverem.

Analisando o sistema de saúde haitianos podemos notar que lá os serviços de saúde não atingem toda a população. Apenas 60% da população utiliza

desses serviços, sendo os outros 40% da população pessoas que empregam práticas tradicionais de saúde. O país conta apenas com 49 hospitais, 371 unidades e 217 centros de saúde. (UNFPA, 2016)

As consultas médicas são cobradas e tiveram um grande aumento entre a década de 1980 e 2000 chegando a 1.200 Gourdes (unidade monetária haitiana) além de problemas que afetam o acesso aos serviços de saúde no Haiti como infraestrutura das estradas, transporte, eletricidade, telefonia, entre outros, acaba existindo uma barreira econômica para a população. (UNFPA, 2016)

E apesar de até mesmo o Ministério de Saúde Pública do Haiti reconhecer que o sistema de saúde, assim como o brasileiro, é fragmentado e cheio de falhas ao atendimento à população, as maiores reclamações das haitianas entrevistadas foram em relação ao atendimento e à falta de profissionalismo dos médicos.

Outra informação interessante é que apesar do alto nível de conhecimento em relação aos métodos contraceptivos modernos (99%), a prática ainda é relativamente baixa entre as mulheres que são casadas: 31,3% em 2012 (UNFPA, 2016). Entre as entrevistadas foram quatro mulheres que alegaram conhecer e utilizar métodos contraceptivos. Três entre as dez entrevistadas tinham conhecimento dos métodos contraceptivos, mas não os utilizavam e outras três não tinham conhecimento e, com isso, não os utilizavam. Ou seja, dentre as entrevistadas, seis mulheres não faziam uso de métodos contraceptivos, não apenas por não conhecerem os métodos, mas também por recusar o uso desses métodos. O fato de muitas mulheres não terem conhecimento de métodos contraceptivos talvez seja por, no Haiti, o Estado não garantir o acesso à saúde e métodos contraceptivos, o que resulta em altas taxas de natalidade e altas taxas de mortalidade materna, mas o uso de meios contraceptivos pode variar entre regiões do país. Diferente do Brasil que não apenas instrui as mulheres de usarem os métodos adequados, como fornecem nos postos de saúde alguns desses métodos gratuitamente.

O uso de contraceptivos continua crescendo ao longo dos anos no Haiti. O índice que era de 13% de uso em 1995, passou para 22% em 2000, 25% em 2006 e 31,3% em 2012. Com isso, houve um aumento significativo de métodos injetáveis, sendo este o preferido das mulheres casadas. Apesar do aumento dos métodos injetáveis o uso de métodos tradicionais diminuiu entre o EMMUS de 2005

a 2012, especialmente entre as mulheres jovens. (UNFPA, 2016)

Estudos sobre a saúde das mulheres migrantes também registram problemas na saúde reprodutiva. Esses estudos apresentam uma menor utilização de métodos contraceptivos, maior risco de doenças sexualmente transmissíveis e registram maior número de gestações indesejadas, além de taxas elevadas de aborto espontâneo, recém-nascidos com baixo peso e mortalidade perinatal e infantil. (RAMOS, 2014)

Esses dados mostram que a falta de conhecimento de métodos contraceptivos pode não apenas causar uma gravidez indesejada, como também pode afetar a saúde das mulheres que não os utilizam.

Outra observação a ser feita é que entre as dez entrevistadas apenas uma não tinha filho e outras duas tinham um filho apenas. As demais mulheres todas tinham dois filhos ou mais. Isso pode demonstrar que a taxa de natalidade ainda é elevada entre as mulheres haitianas. Dados mostram que durante o período de 1950-1980 a média de filhos por mulher no Haiti era de 6,3. Esse número baixou para 4,0 filhos em 2000 e 4,1 filhos por mulher durante o censo de 2003, com uma variação diferencial entre 3 filhos para o meio urbano e 5 filhos para o meio rural. (UNFPA, 2016)

Com o terremoto de 2012, muitas pessoas foram submetidas a situações adversas no Haiti. Seja falta de moradia, higiene ou acesso à saúde e educação, isso pode ter afetado no índice que aponta quantidade de filhos por mulher.

Apesar da queda, o Índice de Fertilidade Sintética (ISF), no Haiti é o maior da América Latina e do Caribe. Essa crise de fertilidade pode ser relacionada ao contexto pós-terremoto, que resultou na vulnerabilidade social e econômica das mulheres. Entre as mulheres casadas, 52% disseram que não queriam mais ter filhos durante as pesquisas de 2005-2006. Todas as mulheres em idade fértil, 49% não quer mais filhos e 47% dos nascimentos foram considerados não desejados ou não programados quando aconteceram. Em 2012, 6 em cada 10 mulheres que já tinham filhos não queriam ter mais. (UNFPA, 2016)

Para as mulheres, sozinhas ou acompanhadas de seus maridos, estando no Brasil, a gravidez pode representar um recurso para obter o RNE (Registro Nacional de Estrangeiro). Conforme a legislação brasileira, o nascimento de filhos em solo nacional permite aos pais obter o Registro Nacional de Estrangeiro.

Esse é um documento necessário para morar e trabalhar no Brasil indefinidamente.

Dentre as entrevistadas oito delas não pretendem migrar para outro país. Para elas a verdadeira intenção é retornar para o Haiti e se manter lá. No caso de regresso, essas mulheres não gostariam de sair do Haiti novamente para vir para o Brasil, nem pretendem voltar e migrar novamente. Esse fato descaracteriza a hipótese de mobilidade deste trabalho. Mas, isso acontece entre as mulheres e com os homens acaba sendo um pouco diferente. Duas mulheres disseram que uma nova migração dependeria do marido, ou seja, se o marido desejasse migrar novamente para outro país elas iriam.

Outra informação é que apenas duas das dez mulheres vieram para o Brasil sozinhas e as demais vieram após os maridos. O que mostra que o projeto migratório masculino é, ainda hoje, mais valorizado que o feminino, fazendo com que as mulheres fiquem subjugadas às vontades masculinas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os apontamentos deste trabalho de pesquisa, algumas considerações finais merecem destaque. A primeira é que, apesar das várias produções sobre temas vinculados à migração e aos haitianos como, por exemplo, aprendizado da língua portuguesa, consequências do terremoto de janeiro de 2010, exploração de trabalho no país de destino, meios de obtenção do Registro Nacional de Estrangeiro e vistos de permanência, influências para o projeto migratório haitiano, entre outros, o tema da situação da mulher e da maternidade durante o processo migratório não é sistematicamente abordado.

A segunda encontra-se no papel que as mulheres assumem, ou que para elas é atribuído, em relação à permanência da família no país de acolhimento. Foi interessante perceber que assuntos como a obtenção do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) fazem as mulheres responder ao tema com certa insegurança ou até mesmo evitá-lo. De alguma forma o assunto parece constrangedor, talvez justamente pelo fato de que ter um filho no Brasil pode ser um meio de acesso ao RNE.

Além disso, com a nova lei da migração (Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017) há previsão de que haverá maior dificuldade na entrada de novos fluxos migratórios de alguns países no Brasil. Relatos das próprias entrevistadas indicam que essas dificuldades já estão sendo enfrentadas por imigrantes haitianos. Segundo uma das entrevistadas, a embaixada brasileira no Haiti, que antes fornecia vistos para quem desejasse vir para o Brasil, hoje está concedendo vistos apenas para reunificação familiar de solicitantes que já estejam em solo brasileiro. Esse é um elemento muito novo, mas que já pode estar influenciando a decisão de permanecer e, talvez, consolidar uma família no Brasil. Estando vinculado com o processo uma solução para o reposicionamento feminino, perante essa situação de inferioridade que elas se encontram, seria construir uma família com origens brasileiras.

Outro fator observado é que a posição inferiorizada da mulher no país de origem pode ser refletida no país de destino, reproduzida, portanto, no processo migratório, pois essas mulheres continuam vinculadas ao projeto masculino. Essa vinculação ocorre devido a vários fatores, como pobreza extrema na origem, criação dos filhos e principalmente escolaridade. A falta de escolaridade

prejudica muito mais as mulheres do que os homens, pois essa falta de escolaridade acaba refletindo a falta de emprego, pois devido à falta de especialização das mulheres o mercado de trabalho fica menor para elas, fazendo com que muitas acabem recorrendo ao comércio informal de produtos.

Porém, esse “sistema de comércio” haitiano é diferente do brasileiro. No Haiti essas mulheres podem comprar produtos em determinado local e revender em outros, mas aqui no Brasil elas se deparam com uma situação de falta de oportunidades e falta de opções, como o caso do comércio no Haiti. As dificuldades no aprendizado da língua portuguesa somam-se à falta de escolaridade no país de origem, e, com isso, maiores dificuldades na hora de conseguir empregos, além da falta da profissionalização.

Outra situação a ser observada é que na origem as mulheres têm uma posição inferiorizada, como dito anteriormente. O que acontece é que em determinado momento a migração reposiciona a mulher no projeto migratório com a reunificação familiar e, conseqüentemente, nas estruturas de posição social na origem e no destino. De fato, é o vínculo familiar, marcado pela maternidade, que em determinado momento reposiciona as mulheres no processo migratório. Em parte, o sucesso do projeto migratório – inicialmente masculino e depois familiar – está vinculado à reunificação familiar e com a etapa final de trazer os filhos que ficaram no Haiti. Mas o projeto migratório feminino continua vinculado ao masculino, pois, apesar de o sucesso da migração depender da mulher, elas continuam dependendo, sobretudo economicamente, dos homens. Essa dependência pauta o dilema entre a permanência e a volta e marca, portanto, o planejamento familiar.

O presente trabalho chegou ao ponto de poder indicar que as desigualdades sociais presentes no país de origem acabam sendo reproduzidas no país de destino e que, paradoxalmente, a maternidade pode auxiliar o sucesso do processo, mas também pode ser uma barreira para o mesmo. Alguns pontos acabaram ficando em aberto devido à falta de mais informações durante a pesquisa. Possivelmente, com obtenção de mais dados, esses pontos pudessem ser esclarecidos. Mas o que ficou em aberto poderá ser abordado em pesquisas futuras.

O fato de a maioria das entrevistadas ter alegado que não pretende migrar para outro país e, que se saírem do Brasil, seria em retorno ao Haiti, pode mostrar que esse projeto migratório tenha fracassado na visão delas, gerando certa frustração. Essa é outra questão que ficou em aberto. Até que ponto essas mulheres

têm sucesso na obtenção de melhores condições de vida? Na decisão de ter um filho ou não ter filho, existe um planejamento familiar? Devido a reprodução das desigualdades, com filhos aqui, as mulheres continuam vinculadas as vontades dos homens? Outra questão a ser pensada é como o fato de essas mulheres não terem conhecimento ou não utilizarem os métodos contraceptivos influencia no planejamento familiar e no percurso migratório? Essa decisão de não utilizar métodos contraceptivos depende delas?

Enfim, é justamente entre o protagonismo das mulheres e a reprodução das desigualdades de gênero que se encontram os desafios de pesquisa em migrações internacionais. Desafios que se pretendem enfrentar em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adriano Alves De Aquino. Limitações e estratégias de ação feminina na sociedade haitiana: Categorias de Articulação/Interseccionalidades. **Agenda Social (UENF)**, v.9, p. 62-70, 2016.
- ARRAES, Eduardo Fonseca. Desastres e desenvolvimento: o caso do Haiti. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade –**, Ano III, Nº 7, ago. 2013.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.
- BOUCHEREAU, Madeleine Sylvain. **Haïti et ses femmes** : une Étude d'Évolution Culturelle. Port-au-Prince: Ateliers Fardin, 1944.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In:\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Números**. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/noticias/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017\\_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf](http://www.justica.gov.br/noticias/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- DESROSIERS, Michaëlle; SEGUY, Franck. Haiti: As violações coletivas da Minustah. **Diário da Liberdade**: Portal anticapitalista da Galiza e os países lusófonos, 19 Set. 2011. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/america-latina/repressom-e-direitos-humanos/19674-haiti-as-violacoes-coletivas-da-minustah.html>>. Acesso em: 12 Nov. 2017.
- FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria Da Consolação G. de (Coords.). **Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**. Relatório do Projeto. Belo Horizonte: Centro Zanmi, 2014.
- FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Rev. bras. estud. popul. [online]**, vol.34, n.1, pp.145-161, 2017.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. **Haiti**: História; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/historia-da-america/historia-haiti.htm>>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- GIRALDI, Renata. Saldo do terremoto no Haiti é de 220 mil mortos e 1,5 milhão de desabrigados. **Agência Brasil**. Brasília. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-01-12/saldo-do-terremoto-no-haiti-e-de-220-mil-mortos-e-15-milhao-de-desabrigados>>. Acesso em 20 de jun. 2017.
- HANDERSON, Joseph. A historicidade da (e)migração internacional haitiana: o Brasil como novo espaço migratório. **Périplos Revista de Pesquisa sobre Migrações**. Dossiê: Imigração haitiana no Brasil: Estado das Artes. V.1, N.1 – 2017. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/27585](http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/27585)>. Acesso em:

15 Jan. 2018.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

JOINT, Louis Auguste. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. In: **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MACHADO, Igor José de Renó. (Org.). **Valadares em Família**: experiências etnográficas e deslocamentos. Brasília - DF: ABA, 2014. 258p.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; BORTOLI, Jaqueline de; LAPPE, Emeli. Relatos da experiência migratória de mulheres haitianas no sul do Brasil. In: **IV Congresso Latinoamericano de Antropologia**, México, 2015.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Declaração de Cartagena de 1984**. Resolução OEA/Ser.L/V/II.66, 1984. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1)> . Acesso em: 5 Dez. 2017.

RAMOS, Natália. (Org.) **Saúde, Migração e Interculturalidade**. João Pessoa: EDUFPB, 2008.

RAMOS, Natália. Gênero, identidade e maternidade na diáspora. In: A Vez e a Voz da Mulher: Relações e Migrações. VI Congresso Internacional, **Anais**: “A Vez e a Voz da Mulher”. Coordenado por Rosa Maria Neves Sima. Ponta Delgada, Portugal, 2014; p: 285-299.

RAMOS, Natália. Mulheres portuguesas na diáspora - Maternidade, aculturação e saúde. In: L. Seabra, A. Espadinha (Org.). **A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora** - Macau e outros lugares. Macau: Universidade de Macau, 2009. 163 -188.

ROSA, Renata De Melo. A construção da Desigualdade no Haiti. **Universitas**. Relações Internacionais (Impresso). V.04, p. 5-30, 2006.

UNFPA. **Evolution de la Fécondité et de la Planification Familiale en Haiti**. Jan., 2016. Disponível em: < <http://haiti.unfpa.org/fr/publications/evolution-de-la-f%C3%A9condit%C3%A9-et-de-la-planification-familiale-en-ha%C3%A9ti>>. Acesso em: 5 Dez. 2017.

VIL, Enel. **Pobreza y Desigualdad en Haití**: Un Análisis de sus Determinantes en Búsqueda de Algunas Pistas Estratégicas para la Lucha contra la Pobreza. México D.F, 2006.